



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PLANO TRIENAL E CELSO FURTADO: FAZENDO HISTÓRIA DO
PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO.**

RODRIGO BEDIN RODRIGUES DE LIMA

FLORIANÓPOLIS (SC), MARÇO DE 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PLANO TRIENAL E CELSO FURTADO: FAZENDO HISTÓRIA DO
PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Rodrigo Bedin Rodrigues de Lima
Orientador: Prof. Marcos Alves Valente
Áreas de pesquisa: Economia Brasileira
Palavras-chave: Plano Trienal
Celso Furtado
Pensamento Econômico

Florianópolis (SC), março de 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota _____ ao aluno Rodrigo Bedin Rodrigues de Lima na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Presidente

Membro

Membro

RESUMO

O acirramento das tensões sociais, confrontando as aspirações de diversos setores da sociedade brasileira em torno do debate sobre os rumos do país, é o contexto político social brasileiro encontrado no início da década de 1960. Inquietação essa que deriva principalmente do acelerado desenvolvimento econômico sofrido pelo país nas três décadas que antecedem este período. É neste contexto que surge o debate entre as principais correntes formadoras do pensamento econômico na época, a corrente monetarista e a corrente estruturalista. Celso Furtado, como principal expoente da corrente estruturalista vai se manifestar em busca de uma saída pacífica para este momento delicado da vida político-social brasileira. Saída pacífica essa, asseguradora da liberdade individual e das instituições democráticas, frente a um futuro que se apresentava obscuro e incerto naquele momento. Para tanto, Furtado voltará sua produção teórica num esforço de conscientização da população para a necessidade de reformas profundas, originadas da identificação dos problemas estruturais da economia brasileira causadores dos distúrbios no seio da sociedade brasileira.

Este terá a oportunidade de botar em prática todos os seus pressupostos de política econômica visando uma resolução conciliadora para os problemas brasileiros, ao ser nomeado Ministro Extraordinário do Planejamento, e ser encarregado da elaboração do Plano Trienal.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Introdução	6
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA	6
1.2 OBJETIVOS	9
1.2.1 <i>Geral</i>	9
1.2.2 <i>Específicos</i>	9
1.3 METODOLOGIA	9
CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	12
2.1 SURGIMENTO DE UM NOVO MÉTODO DE ESTUDO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO	12
2.2 CARACTERÍSTICAS DA CONCEPÇÃO HISTÓRICA DAS IDÉIAS NO CONTEXTUALISMO LINGÜÍSTICO	14
2.3 FUNDAMENTAÇÃO DA METODOLOGIA PARA APLICAÇÃO SOBRE O PENSAMENTO ECONÔMICO DA ÉPOCA E O PLANO TRIENAL	20
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO PLANO TRIENAL.....	22
3.1 TRAJETÓRIA DE CELSO FURTADO, CONTEXTO HISTÓRICO ANOS 60, E FORMULAÇÃO TEÓRICA DE CELSO FURTADO À ÉPOCA.	23
3.1.1 <i>Celso Furtado e sua trajetória até 1960</i>	23
3.1.2 <i>Contexto histórico dos anos 60</i>	29
3.1.2.1 <i>A ascensão de Jânio Quadros e a inusitada renúncia.</i>	30
3.1.2.2 <i>João Goulart e o Parlamentarismo</i>	34
3.1.2.3 <i>Plebiscito sobre o Ato Adicional e o Plano Trienal</i>	40
3.1.3 <i>Pensamento Furtadiano no período que antecede o Plano Trienal</i>	54
3.2 OBJETIVOS BÁSICOS DO PLANO TRIENAL	61
3.3 Debate político: MONETARISMO VERSUS ESTRUTURALISMO.....	64
CAPÍTULO 4 – ANÁLISES E CONCLUSÕES	69
REFERÊNCIAS	72

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

O presente trabalho trata de um episódio da história econômica brasileira, O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, a partir das reflexões feitas sobre ele, por um dos seus protagonistas principais, o economista Celso Furtado, responsável pela elaboração do mesmo.

Sendo assim, este trabalho não é exclusivamente um trabalho de história econômica, mas mais precisamente de história do pensamento econômico, ao trabalhar com o pensamento de um autor, já clássico, sobre tal episódio e também de sua experiência durante o processo político em que o fenômeno se realizou.

As idéias de Celso Furtado adquiriram no contexto do início dos anos 60 o status de idéias políticas. O contexto sócio-político brasileiro estava sofrendo grandes mudanças. Entre as mudanças no contexto político e na sociedade brasileira desse período, destaca-se o conturbado governo, que sucedeu o desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, tendo primeiramente Jânio Quadros à frente de um mandato meteórico e controverso, e posteriormente João Goulart, o qual viria a se tornar alvo das tensões acumuladas no passado recente, de transformação de país exportador de produtos primários dependente do contexto internacional, em um país industrializado que caminha rumo a autonomia para decisão do próprio rumo.

Durante a curta existência do governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), ficou claro a emergência deste novo contexto político-social no país. Entre as características mais importantes do período destacam-se: uma intensa crise econômico-financeira, constantes crises político-institucionais, crise no sistema partidário, uma ampla mobilização política das classes populares juntamente com uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais, a explosão dos movimentos sindicais e dos trabalhadores do campo e um oculto acirramento da luta ideológica de classes.

Dentro deste contexto os anos de 1962 e 1963 se apresentam como o período onde distintas tentativas de impor as reformas necessárias para o apaziguamento das tensões sociais foram postas em prática. As eleições de fins de 1962, e o posterior plebiscito que seria realizado em janeiro de 1963, assumiram grande importância naquele momento em razão da situação anômala em que se encontrava o país, com um presidente que não aceitava o

parlamentarismo e primeiros-ministros que se sentiam sem legitimidade para assumir plenamente a chefia do governo. O presidente João Goulart tinha a época o objetivo único da restauração do presidencialismo, visando assumir a plenitude dos poderes presidenciais. As instituições nacionais se encontravam em crise e as reformas de base dominavam a campanha eleitoral, surgindo assim, a oportunidade para a tentativa de formação de uma frente parlamentar comprometida com estas.

Coube a Celso Furtado, então superintendente da SUDENE e ministro sem pasta do governo do presidente João Goulart, assessorar o presidente e mesmo antever futuras manobras, identificando essa oportunidade de redigir um texto visando uma coalizão de distintas forças políticas para formação do novo parlamento, essencial para o êxito do novo governo, que com a volta do presidencialismo deveria ter força para fazer passar as reformas de base que tanto o país necessitava. Furtado (1989, p.225) em seu livro *A Fantasia Desfeita* transcreve o conteúdo original deste documento:

as causas últimas das tensões sociais e políticas que afligem o país no momento atual estão no próprio desenvolvimento, que se vem abrindo graças ao esforço da população brasileira a despeito das enormes resistências criadas por um marco institucional em grande parte obsoleto. O país cresce, ainda que tudo pareça estar contra esse crescimento. Grande parte da população permanece semi-isolada da vida política por ataduras feudais que sustentam o velho sistema de organização agrária. O governo esta manietado por um sistema fiscal que fez do desenvolvimento um mecanismo de enriquecimento para uns poucos e de empobrecimento para muitos. O sistema bancário, a máquina administrativa, o sistema universitário, tudo, enfim, que tem significação como marco foi superado pela rápida evolução material do país, que de mero exportador de produtos primários chegou a ser uma nação industrial nos últimos três decênios.

Furtado (1989, p.237) comentando o papel que ele mesmo viria a assumir neste delicado momento esclarece:

Pouco mais de um mês após o episódio do manifesto, ou seja, a fins de setembro de 1962, o presidente chamou-me a Brasília e me disse a queima roupa: “Quero que você assuma o Ministério Extraordinário do Planejamento. Vamos ter que nos preparar para o plebiscito, que devolverá os poderes ao presidente, e quero me apresentar aos eleitores com um plano de governo nas mãos”.(...) Tinha diante de mim três meses para realizar uma tarefa que requeria tomar contato com grande numero de instituições publicas e privadas, representantes da sociedade civil, personalidades influentes na vida nacional. Havia todo um trabalho técnico a realizar, que exigia a constituição de equipes especializadas. E havia que defender-se das pressões dos grupos de interesse e da bisbilhotice implacável da imprensa.(...) A elaboração desse plano constituiu um desafio, pois se tratava de demonstrar, contra a ortodoxia dos monetaristas empossada e imposta pelo FMI, que era possível conduzir a economia a relativa estabilidade sem impor-lha a purga recessiva. Com efeito, o Plano Trienal foi o primeiro exercício do que posteriormente se chamaria terapêutica gradualista do tratamento da inflação.

Uma vez que se trata de um trabalho sobre história do pensamento econômico no Brasil, fazemos também um esforço de buscar fundamentos metodológicos para apoiar a

investigação que aqui se apresenta. Nesse sentido a década de 1960 foi também objeto de importantes transformações no campo teórico acerca da história do pensamento político. Entre as mudanças no campo teórico da história das idéias, ocorridas nessa época, a principal é a ruptura do domínio do tratamento exclusivamente filosófico dos textos clássicos da história do pensamento político.

Diante da declaração provocativa lançada por Peter Laslett em meados da década de 1950, declarando que “no momento, (...) a filosofia política esta morta” Laslett (1956 apud SILVA, 2006, p.1) o grupo de autores formados por John Pocock, Quentin Skinner e John Dunn foram os precursores e deram início aos primeiros ensaios metodológicos em busca de uma abordagem distinta das demais abordagens convencionais de história das idéias políticas.

A crítica dos autores estava direcionada à preocupação unilateral existente com o estabelecimento da coerência racional das idéias dos autores do passado. Para eles as abordagens da história do pensamento político até então não levavam em consideração os diversos níveis de abstração em que o pensamento político surge na história.

Estes foram sem dúvida os primeiros expoentes do contextualismo lingüístico, abordagem que mais tarde se convencionou chamar de a escola de Cambridge de história do pensamento político.

Essa discussão pode, a princípio, parecer estranha ao campo da história do pensamento econômico. Mas a contribuição para esta área de pesquisas que pode ter o debate metodológico surgido no campo da teoria política é frutífera. Infelizmente não poderemos avançar nessa discussão complexa a não ser colhendo algumas indicações sobre procedimentos apropriados e adaptados para o nosso objeto.

Portanto, em vista da importância do Plano Trienal, como uma tentativa de salvação, de um governo frente às crescentes pressões golpistas provenientes dos setores armados do país, num assalto à liberdade democrática, e ao mesmo tempo como uma última tentativa de contenção do acirramento da luta ideológica no seio da sociedade, o objetivo desse estudo é a partir do ponto de vista do contextualismo lingüístico, abordagem metodológica especificamente voltada para o campo da história do pensamento, analisar os Objetivos Básicos contidos na introdução da Síntese do *Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social*, e assim demonstrar de diferentes ângulos o período que antecede e segue a implantação do Plano Trienal, destacando o papel de Celso Furtado nessa empreitada. Busca-se assim proporcionar uma nova ótica sobre os objetivos deste plano, a participação de Celso Furtado na elaboração do mesmo e os acontecimentos determinantes da derrocada

deste, sendo, portanto, um importante objeto de compreensão da turbulenta fase que antecedeu o golpe militar de 1964.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Abordar a trajetória que antecede e acompanha o transcorrer da implantação do Plano Trienal, visando reinterpretá-lo partindo da premissa teórico-metodológica de que o texto é também ação política empreendida pelo seu autor, portanto dotado de intencionalidade.

1.2.2 Específicos

- a) Estudar textos de Furtado escritos sobre, e no período de crise do início dos anos 60 e relacionados com os conflitos estruturais apresentados pelo contexto político e econômico brasileiro.
- b) Descrever a trajetória de Celso Furtado, as características do contexto social brasileiro no momento que antecede e que acompanha a implantação do Plano Trienal, e as intenções do primeiro para com a elaboração do plano.
- c) Destacar o debate ideológico existente na época em torno das políticas econômicas de governo, especialmente entre estruturalismo *versus* monetarismo.

1.3 METODOLOGIA

O método científico exige uma disposição de forma clara de como se deve realizar uma pesquisa. O bom uso da metodologia, ao aplicá-la, é fundamental para que as idéias sejam organizadas adequadamente permitindo observar fatos e informações de maneira mais precisa. Para a realização de um trabalho como esse, se faz necessário questionar

precisamente o propósito do mesmo, buscando uma explicação convincente para o objeto estudado.

A presente pesquisa realizou um estudo exploratório, com o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o tema em questão, tornando-o mais explícito. Busca-se o aprimoramento das idéias já existentes através da consideração de diferentes aspectos relacionados ao tema discutido.

Quanto aos objetivos, utilizaram-se fontes bibliográficas, como livros, principalmente as obras “A Fantasia Desfeita” e “A pré-revolução brasileira” de Celso Furtado, demais trabalhos publicados sobre o período em questão e trabalhos de caráter teórico e metodológico no campo da história do pensamento. Estas fontes darão base para os seguintes procedimentos de pesquisa: a) com o objetivo de analisar os textos de Furtado escritos sob o calor dos acontecimentos da época, apresenta-se, sucintamente, o contexto sócio-político-econômico da época, e as obras escritas pelo autor naquele momento, com ênfase principalmente na obra “A pré-revolução Brasileira”. b) para apresentar o contexto dos anos 60 realiza-se uma exposição sobre o panorama político-institucional, a crise econômica brasileira, e as crescentes tensões sociais fruto da crescente politização das massas. As diferentes fases do pensamento furtadiano investigadas buscam evidenciar a mutação sofrida por seu modo de pensar ao longo de sua vida. E a interpretação das intenções de Celso Furtado através da análise do texto dos Objetivos Básicos que constam na Síntese do Plano Trienal. c) para avaliar o debate predominante na teoria político econômica na época, entre estruturalistas e monetaristas, faz-se um diálogo entre os principais expoentes de ambas correntes em torno de seus princípios sobre políticas econômicas de governo.

A abordagem do problema se dá pela aplicação das diretrizes ditadas pelo debate metodológico do contextualismo lingüístico. Esta advoga que a compreensão dos textos pressupõe a apreensão do que pretendiam falar os autores clássicos e como pretendiam que se entendesse o que foi escrito. Nas palavras de Collingwood (s.d. apud SILVA, 2006, p.4): “Toda ação historicamente significativa deve ser reconstituída tendo-se em vista o pensamento do agente que a efetuou”. Os principais expoentes desta corrente admitem o pressuposto de que, compreender o *significado* de um texto histórico seria o mesmo que revelar o que o autor do texto *estava fazendo* ao escrevê-lo.

O método científico exige uma disposição de forma clara de como se deve realizar uma pesquisa. O bom uso da metodologia, ao aplicá-la, é fundamental para que as idéias sejam organizadas adequadamente permitindo observar fatos e informações de maneira mais

precisa. Para a realização de um trabalho como esse, se faz necessário questionar precisamente buscando uma explicação convincente para o objeto estudado.

O trabalho visa analisar, a partir das diretrizes do debate acerca da metodologia do contextualismo lingüístico, o *Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social*. Para esclarecer essa metodologia, analisa-se o surgimento por volta de 1960, e a posterior evolução e aplicação do contextualismo lingüístico. Apresenta-se, sucintamente, o contexto do surgimento deste novo campo teórico, e os autores da qual se convencionou chamar “escola de Cambridge” de história do pensamento político, assim como a posterior evolução dos trabalhos de formação teórica desta corrente.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

O fato de não haver ainda estudos sobre o Pensamento Econômico no Brasil, a partir dos pressupostos do debate em torno da metodologia do contextualismo lingüístico, entre seus principais teóricos, permite que se tente preencher essa lacuna. A verdade é que essa metodologia não chegou a ser utilizada por nenhum historiador no estudo desse campo teórico do Pensamento Econômico no Brasil. A união desses dois campos abre uma oportuna possibilidade, de aprender com aquele debate metodológico aplicando-o sobre a história do pensamento econômico brasileiro.

2.1 SURGIMENTO DE UM NOVO MÉTODO DE ESTUDO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO

A preocupação com a busca por um novo método de análise e compreensão dos textos clássicos das idéias políticas surgiu dentro da comunidade acadêmica, principalmente após, a contestação com tom provocativo proferida por Peter Laslett em 1956, onde este declara que, embora acreditasse na “possibilidade de que a tradição” da filosofia política estivesse “prestes a ser reassumida”, concluía que “por enquanto, de qualquer modo, a filosofia política esta morta” Laslett (1956 apud SILVA, 2002, p.1).¹ A declaração surgia num contexto em que o tratamento filosófico das idéias políticas era questionado por uma série de outras abordagens. Laslett em sua edição crítica dos Dois Tratados sobre o Governo de John Locke, já declarava em tom indicativo do futuro procedimento contextualista que, “nosso primeiro propósito deve ser um modesto exercício de historiador - estabelecer os textos de Locke como ele gostaria que fossem lidos, fixá-los em seu contexto histórico, no próprio contexto de Locke” Laslett (1960 apud SILVA, 2002, p.2). A chamada história do pensamento político era até então freqüentemente vista mais como uma metodologia filosófica e teórica, do que histórica.

Coube a Quentin Skinner, a John Dunn e a John Pocock o pioneirismo na formulação das teorias e metodologias, de uma nova forma de estudo da história das idéias políticas, que

¹ Segundo Silva (2007), tanto Skinner quanto Pocock insistem no papel fundamental que Laslett, desempenhou na constituição da metodologia da escola de Cambridge.

romperia com o caráter exclusivamente filosófico e perene de tratamento das idéias políticas dos textos clássicos utilizados até então, criando-se a abordagem do contextualismo lingüístico. Essa nova metodologia advoga que a compreensão do significado dos textos políticos do passado só é possível mediante a reconstituição dos contextos lingüísticos e normativos em que tais textos foram concebidos.

Na década de 1960, época em que esta nova proposição metodológica foi originalmente formulada, os autores tinham como objetivo superar o domínio de duas abordagens opostas na história das idéias. De um lado atacavam o “textualismo” daqueles historiadores que se limitavam a “ler e reler sucessivamente” os textos canônicos em busca de supostas “verdades intemporais” neles contidas. De outro, investivavam as abordagens associadas ao contextualismo sociológico, tais como a sociologia do conhecimento e o marxismo, que se propunham a compreender os textos históricos como expressões mais ou menos diretas das condições econômicas e sociais de dada época (SILVA, 2007, p.4).

Para Pocock a possibilidade de compreensão das conexões entre pensamento e comportamento político em dado momento histórico deveria ser uma das tarefas centrais dos historiadores do pensamento político. Segundo este, o historiador convencional:

não é capaz de adotar um método que reconheça que há diferentes níveis de abstração em que o pensamento se expressa e diferentes graus de coerência racional pelos quais ele pode ser explicado; menos ainda um método que permita discriminar entre tais níveis como matéria de investigação histórica. Ele é ainda prisioneiro de um método que condena a explicar o pensamento político somente na medida em que este pode ser apresentado como teoria política sistemática ou filosofia (1962, p.189).

Dunn em um artigo seu publicado em 1968², rerepresentaria as orientações metodológicas de Pocock enfatizando a necessidade de se estudar a história das idéias como a história de uma atividade, e afirmaria que, “é íntima a conexão entre uma abordagem filosófica adequada às noções sustentadas por um indivíduo no passado e uma acurada abordagem histórica destas noções”, sendo que “tanto a especificidade histórica quanto a sofisticação filosófica serão mais bem alcançadas se ambas forem perseguidas em conjunto” (Dunn,1980, p.14).

Para ele até então a história das idéias seguia uma tendência de construção de ficções, mais precisamente de “construções racionais fora do processo de pensamento dos indivíduos” (Dunn, 1980, p.15), este caracterizado por sua “incompletude, incoerência, instabilidade” (Dunn, 1980, p.16). Silva (2002, p.2) expõe que, a necessidade de reconstituição do contexto lingüístico é, para Dunn, a consequência lógica de sua concepção

² Publicado posteriormente em Dunn (1980)

do pensamento político como ação lingüística contextualizada. Portanto a reconstituição do contexto lingüístico de um autor é importante por auxiliar o resgate da intenção do autor ao efetuar determinada ação.

Finalmente, restou para Skinner, elaborar de maneira mais sistemática o cruzamento da filosofia da história com o esquema analítico da filosofia da linguagem ordinária. Skinner expõe a metodologia contextualista juntamente com críticas às abordagens convencionais. Dentre as quais a principal crítica se dá em relação à preocupação unilateral com o estabelecimento da “coerência racional” das idéias dos autores do passado.

2.2 CARACTERÍSTICAS DA CONCEPÇÃO HISTÓRICA DAS IDÉIAS NO CONTEXTUALISMO LINGÜÍSTICO

O que se estuda quando se proclama o estudo da história do pensamento político, e como este estudo deve ser elaborado, são as questões principais, pelas quais os pensadores do contextualismo lingüístico buscaram uma resposta. Segundo Dunn (1980, p.15), “Princípios chave dos sistemas de pensamento explicativos de grupos sociais, comunidades, e de países inteiros foram perseguidos por séculos”.

Anteriormente ao surgimento desta nova abordagem diferentes pontos de vista já eram formulados a respeito do assunto. No início dos anos 1940 o filósofo espanhol José Ortega y Gasset mencionou:

Não existe uma real ‘historia das idéias’. Todos os textos (...) parecem um fragmento do contexto. Mas tanto texto e contexto, cada, referem-se e se dirigem a uma situação em vista de tudo que se falou de novo (...). A real situação pelo qual alguém fala ou escreve é o contexto geral das expressões. Linguagem sempre age em referência a isto, deduz isto e exige isso. (...) Uma idéia é sempre uma reação humana a uma determinada circunstância e situação. A idéia é uma ação que o homem exerce em vista das circunstâncias particulares e com um objetivo específico. (...) Pois, não existem ‘idéias eternas’. Toda idéia esta inevitavelmente ligada a uma situação ou circunstância na qual esta executa sua função e papel ativos.³

Já caminhando na trilha do contextualismo lingüístico, observa-se nitidamente no trabalho de Gasset publicado em 1940 a valorização da linguagem e do contexto das expressões como forma de identificação da idéia como reação humana a uma situação e circunstância. Skinner recentemente reconheceu nesta citação, até então desconhecida para ele, o quanto Gasset já estava dizendo nos anos 1940 sobre o que ele viria a dizer nos anos 1960, concordando plenamente com o conteúdo da mesma.

³ José Ortega y Gasset, *Complete Works* (Madrid: Alianza Editorial- Revista de Occidente, 1983)

Outro pensador que se antecipou a busca por uma delimitação do estudo da história das idéias foi Lovejoy (1944, p.204), o qual reconhece em 1944, que o objetivo principal do estudo da história das idéias é:

o estudo de (o mais longe possível) toda história de vida das idéias individuais, onde os muitos papéis que cada uma delas exerce sobre a cena histórica, as diferentes facetas que estas exibem, suas interfaces, conflitos e alianças com outras idéias, e as diversas reações humanas para com estas, são traçadas com adequada e crítica documentação.

Reconhece-se nesta passagem a relevância para Lovejoy da comum interferência existente entre o contexto histórico, as idéias individuais e a linguagem utilizada para documentação.

Porém é com a formação daquela que veio a se designar como a escola de Cambridge de história do pensamento político, que a efetiva teorização dos procedimentos adequados para adoção quando se tenta alcançar uma compreensão da obra, surge de maneira definitiva. Dunn (1980, p.20) expressa a sua preocupação quanto à forma de estudo da história das idéias:

a história do pensamento como é caracteristicamente escrita não é uma história de homens lutando para alcançar uma ordem coerente de suas experiências. É sim uma história de ficções – de constructos racionalistas fora do processo de pensamento dos indivíduos, não de razoáveis abreviações desses processos de pensamento. Isso consiste não de representações, mas num sentido mais literal, de reconstruções, não de uma prestação de contas plausível de como o homem pensa, mas de mais ou menos dolorosas tentativas de elaborar suas idéias em um grau de articulação formal intelectual onde não existe evidência que eles tenham alguma vez alcançado.

Já Pocock (1962, p.194) afirma que, “De uma tradição do comportamento, então, os homens efetuam atos de abstração; o estudo do pensamento político é o estudo do que ocorre quando eles fazem isto”.

Este enfoque alternativo aos existentes, seria mais satisfatório para outorgar a história das idéias seu próprio sentido filosófico. Se contrapondo a duas correntes existentes de interpretação da história das idéias, uma julgando o contexto dos fatores religiosos, políticos e econômicos como agente determinante do sentido de qualquer texto dado, e outra insistindo na autonomia do texto como agente necessário para a sua compreensão, de maneira caricatural, a corrente do contexto contra a corrente do texto.

Skinner é um dos formuladores teóricos do contextualismo lingüístico que mais se preocupa em desbancar essas correntes por meio da identificação de seus pontos falhos. Aumentando a provocação para com as demais correntes existentes, Skinner escreve um

ensaio intitulado *On the unimportance of the great texts of the history*⁴, disposto a chocar e irritar os demais, pela inércia metodológica, através deste manifesto.

Ele começa por investigar a metodologia ditada pela afirmação de que o texto em si próprio deveria constituir o objeto auto-suficiente de investigação e compreensão. Este enfoque está logicamente conectado com uma forma particular de justificação da realização do próprio estudo. Skinner (1988, p.30) reconhece que, para este enfoque, “todo o sentido de estudar obras filosóficas passadas deve fixar-se no que estas contem de elementos intertemporais na forma de idéias universais, e incluindo uma sabedoria sem tempo com aplicação universal.” Diante disto torna-se impossível, estudar simplesmente o que disse qualquer autor clássico dado sem botar em cena algumas de nossas próprias expectativas com respeito ao que deve ser dito. Esta influência do equipamento mental do observador significa para o historiador o risco constante de cair em vários tipos de absurdos históricos. Skinner (1988, p.32) dispõe sobre este problema ao procurar classificá-los como mitologias, onde este declara, “também quero anatomizar os variados aspectos pelo quais os resultados, em consequência, não podem ser classificados em absoluto como histórias, senão mais apropriadamente como mitologias”.⁵

A mitologia mais comum é aquela que se gera quando o historiador é movido pela expectativa de comprovar que cada autor clássico expressa alguma doutrina sobre cada um dos tópicos julgados como constituintes da sua matéria. Esta mitologia classificada como ‘mitologia da doutrina’ incorre no risco absurdo de se designar a determinado autor um significado que este poderia não pretender transmitir, assim como atribuir uma doutrina que determinado autor poderia em princípio haver pretendido formular, mas que na realidade não tinha intenções de comunicar. A tendência a buscar aproximações ao tipo ideal produz uma forma a-histórica que se reduz a assinalar antecipações anteriores de doutrinas posteriores dando créditos ao autor por esta perspicácia. Skinner (1988, p.33) deduz que, “a principal versão desta forma da mitologia das doutrinas consiste em atribuir aos teóricos clássicos doutrinas que na opinião geral são adequadas ao seu tema, mas que eles, irresponsavelmente, omitiram discutir”.

Uma segunda mitologia que se gera pelo fato do autor usar suas perspectivas teóricas e expectativas ao estudar um autor, é aquela onde o historiador perigosamente procurará

⁴ Publicado posteriormente com o título *Meaning and understanding in the history of ideas*.

⁵ Quentin Skinner, *Meaning and understanding in the history of ideas* (Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1988)

imaginar que sua tarefa é dar a cada um dos textos ou encontrar neles a coerência da que talvez pareçam necessitar. Segundo Skinner (1988, p.40):

com este objetivo de extrair uma mensagem mais coerente na obra de um autor, pode ser mais apropriado descartar as declarações de intenção que ele mesmo possa haver feito sobre o seu trabalho, e inclusive desfazer obras inteiras que prejudiquem a coerência do sistema.

Dunn (1980, p.27) declara que, “O problema do historiador é sempre, que sua experiência também fecha o contexto de elocução; certamente tudo também transforma prontamente um fato do passado em um fato sobre a biografia intelectual do historiador”.

Estas duas mitologias derivam na verdade do fato de que um historiador das idéias ao abordar um determinado autor, se moverá inevitavelmente por alguma percepção das características definitivas da disciplina a qual se diz que este autor tenha contribuído.

Uma terceira mitologia, a qual Skinner designa o nome de mitologia da prolepsis, se dá quando o historiador está mais interessado no significado retrospectivo de uma obra ou ação histórica dada que no seu significado para o próprio agente. Skinner (1988, p.46) diz que, “a característica da mitologia da prolepsis é a fusão da necessária assimetria entre o significado que um observador pode justificadamente afirmar encontrar em um enunciado determinado ou outra ação, e o significado desta mesma ação”. Resumidamente, o que ocorre é que, a ação fica na espera de que o futuro lhe confira seu significado.

Na identificação de uma quarta mitologia, a mitologia do localismo, se reconhece a possibilidade de que o observador, por um processo de condensação histórica, descreva erroneamente tanto o sentido como a referência deliberada de uma obra determinada. Segundo Skinner (1988, p.47): “O risco consiste então em que o observador possa ‘ver’ algo aparentemente (mais que realmente) familiar enquanto estuda um argumento alheio e que, em consequência, proporcione uma descrição com um enganoso aspecto de familiaridade”.

Esta metodologia, portanto, é questionada sobre a possibilidade da propriedade conceitual, de tratar tal sistema como um objeto auto-suficiente de investigação e compreensão. Skinner (1988, p.52) argumenta que, “se incorre no perigo de escrever sem sentidos históricos como consequência direta de concentrar-se no texto em si, e no rigor da verdade esse risco muito poucas vezes se evita por completo na prática corrente”. Se, se deseja entender uma idéia dada, dentro de uma cultura e uma época determinada, não se pode simplesmente concentrar-se no estudo das formas das palavras implicadas. Deve-se antes estudar as diferentes situações, que podem mudar, em que as formas de determinadas palavras podem ser usadas logicamente. Para Skinner (1988, p.59):

não existe uma idéia definida à qual tenham contribuído vários autores, senão unicamente uma variedade de enunciados feitos com palavras por uma série de agentes diferentes com uma diversidade de intenções, o que também advertimos é que não há nenhuma história da idéia que deva escrever-se, senão tão só uma história necessariamente concentrada nos distintos agentes que usaram a idéia e nas suas diversas situações e intenções a usá-las. (...) Assim, a única história que se tem que escrever é a dos diversos enunciados construídos com a expressão em questão.

Com relação à metodologia do contexto, Skinner se preocupa em mostrar, que apesar de esta parecer possuir vantagens decisivas como forma de estudar a história das idéias em relação à antecedente, não é de toda forma completa para este fim. Reconhecendo que nossas idéias constituem uma resposta a circunstâncias mais imediatas, a relevância que o contexto assume para o estudo da história das idéias, defesa da corrente metodológica do contexto, no entanto não é de toda maneira suficiente para acabar com o problema da perenidade das idéias no estudo dos autores clássicos. Por mais que os estudos estejam fundados na realidade social da sua época, as idéias permanecem intemporais excedendo a necessidade de considerar qualquer uma dessas realidades contingentes. Pocock (1962, p.199) afirma que, o historiador:

Sabendo quais elementos numa estrutura os homens estavam conscientes, e em quais termos esta consciência foi expressa, ele se encontra em uma posição para criticar as não incomuns falácias que são cometidas quando historiadores, assumindo que o pensamento político deve ser a reflexão de uma estrutura social ou situação política, constroem um modelo daquela estrutura ou situação e continuam a explicar o pensamento em acordância com o modelo, ainda que frequentemente desabilitado a oferecer mais do que uma vaga congruência ou paralelismo em suporte de seus desejos. Nossos historiadores devem aceitar que pensamentos refletem a sociedade e os seus interesses.

Skinner (1988, p.61) comenta:

“Assim, se é certo que a compreensão de qualquer idéia exige, a de todas as ocasiões e atividades em que um agente determinado possa haver usado a forma pertinente das palavras, parece claro que ao menos uma parte desta compreensão deve fixar-se em captar para que tipo de sociedade escrevia esse autor na tentativa de convencê-la”.

A aceitação deste método de leitura contextual, é fruto do sucesso da aplicação deste enfoque na forma da afirmação que o contexto social das atitudes puritanas, no século XVII, explica tanto o surgimento do espírito da empresa capitalista como da investigação científica.

O feito de que o conhecimento do contexto de um texto dado ajude a compreendê-lo, reflete o fato, de que para a realização de qualquer ação, será sempre possível, pelo menos no princípio, descobrir um conjunto de condições, tais que, a ação possa ser diferente ou talvez não produzir-se na sua ausência, e inclusive que a aparição daquela possa prever-se devido a sua presença.

No entanto quanto às deficiências da corrente metodológica do contexto, Skinner (1988, p.63) esclarece, “(...) em suma, é que persiste uma lacuna inevitável: mesmo que o

estudo do contexto social dos textos pudesse servir para explicá-los, isto não equivaleria a proporcionar os meios de compreendê-los”. A hipótese, portanto, de que a compreensão das idéias de um texto dado deve se dar em termos de seu contexto social, é errada, pois a compreensão de uma idéia enquanto ação lingüística significa algo mais do que sua explicação causal. Para Skinner (1988, p.63), “Além de outras fragilidades, os métodos derivados desta concepção estariam desarmados para explicar, por exemplo, o porquê de um mesmo contexto social ser capaz de abrigar, simultaneamente, idéias que expressam os mais variados conteúdos lingüísticos e valorativos, além de autores que expressavam as mais diversas intenções”.

Skinner apresenta a sua proposta para o estudo da história das idéias em contraposição a estas duas correntes. Para ele a alternativa existente ao textualismo e ao contextualismo sociológico, como designa ele as duas correntes existentes, reside no resgate da tradição intencionalista da filosofia da história e na aplicação de seus princípios na elaboração de uma metodologia voltada para a interpretação de textos. Para afirmar qual o núcleo do desenvolvimento da corrente do contextualismo lingüístico, ele insiste que a compreensão dos textos pressupõe a apreensão do que pretendiam falar os autores clássicos e como pretendiam que se entendesse o que foi falado.

Referindo-se a esse processo, Collingwood (s.d. apud SILVA, 2006, p.4) argumenta que, “Toda ação historicamente significativa deve ser reconstituída tendo-se em vista o pensamento do agente que a efetuou”. Para isso, o historiador tem de recordar-se sempre de que o acontecimento foi uma ação e que sua tarefa essencial é meter-se ele próprio no interior dessa ação, é discernir o pensamento do seu agente.

Skinner reforça essa idéia. Para ele, entender um texto deve ser entender tanto a intenção de ser entendido como a de que se entenda essa intenção, que o texto mesmo deve encarnar. A questão fundamental se encontra em buscar o que poderia haver pretendido comunicar o seu autor, ao escrever no momento em que escreveu para o público que buscava atingir, por meio da pronúncia de tal material.

Daí a importância de fazer uma adaptação desta metodologia para o estudo do Pensamento Econômico no Brasil, principalmente em relação ao período que antecede, acompanha e sucede o Plano Trienal.

2.3 FUNDAMENTAÇÃO DA METODOLOGIA PARA APLICAÇÃO SOBRE O PENSAMENTO ECONÔMICO DA ÉPOCA E O PLANO TRIENAL

Os pressupostos básicos do contextualismo lingüístico, como o de Skinner, que afirma que a compreensão dos textos pressupõe a apreensão do que pretendiam falar os autores clássicos e como pretendiam que se entendesse o que foi escrito, e o de Collingwood (s.d. apud SILVA, 2006, p.4) de que: “Toda ação historicamente significativa deve ser reconstituída tendo-se em vista o pensamento do agente que a efetuou”, permitem entender como questão fundamental do enfoque do contextualismo lingüístico, a busca do que poderia haver pretendido comunicar o seu autor, ao escrever no momento em que escreveu para o público que buscava atingir, por meio da pronúncia de tal material. Essa busca terá que encontrar seus meios dentro da metodologia desenvolvida por Skinner.

Assim como Collingwood se encontra na base da teoria histórica de Skinner, é a filosofia de Wittgenstein que é central pra sua concepção de significado, conceito fundamental na interpretação de textos históricos. Como revela Silva (2006, p.5):

Era natural que o autor (Skinner) recorresse às contribuições daqueles filósofos anglófonos da linguagem que mobilizaram a noção wittgensteiniana de significado para a elaboração do que se convencionou designar ‘speech acts theory’. Dentre tais contribuições, figuram com destaque, nos textos de Skinner, as idéias de J.L. Austin esboçadas no volume postumamente publicado sob o sugestivo título *How to do things with words*.

Austin não acreditava na exclusividade do estudo dos enunciados lingüísticos a partir de suas funções constatativas (descrição do estado da alguma coisa), pois via a existência de toda uma classe de enunciados lingüísticos dotados de uma força performativa (efetuação de uma ação). Segundo Silva (2006, p.5):

Austin distingue três dimensões dos atos de fala: a dimensão locucionária relativa ao conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (*of saying*) alguma coisa; a dimensão ilocucionária, relativa ao que o falante está fazendo ao dizer (*in saying*) algo; e a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos do ato de fala tanto para o ouvinte como para o falante, aquilo que ocorre por se dizer (*by saying*) algo (Austin, 1975, p.94-120).

Skinner, por sua vez incorpora a taxonomia dos atos de fala elaborada por Austin. Como demonstra Silva (2006, p.5):

“A taxonomia dos atos de fala elaborada por Austin é mobilizada sistematicamente por Skinner em sua teoria da interpretação. Num primeiro momento, Skinner estabelece uma equalização entre a compreensão do significado de um texto e o resgate da intenção ilocucionária do autor. Compreender o *significado* de um texto histórico seria o mesmo que revelar o que o autor do texto *estava fazendo* ao escrevê-lo. Para isso, dever-se-ia estudar o modo como a intenção do autor se inscreve no contexto de convenções lingüísticas em que o texto foi produzido (Skinner, 1988a, p. 63-64). Em momento posterior, em face das críticas ao que se

denunciava uma noção reducionista e excessivamente estrita de significado, Skinner passa a conceder que é possível distinguir entre três diferentes sentidos do termo. Primeiramente, há o que o autor designa *meaning 1*, significado que está em questão quando se faz uma pergunta do tipo: ‘O que as palavras, ou específicas palavras ou sentenças significam nesta obra?’ (Skinner, 1988b, p. 70). Este tipo de significado é capturado mediante o estudo da semântica e da sintaxe do texto, com o recurso a nosso conhecimento convencional da linguagem codificado em livros de gramática e dicionários. Em seguida Skinner refere-se ao *meaning 2*, associado à questão: ‘O que isto significa para mim?’ (1988b, p. 70) Trata-se aqui de entender o texto a partir de seus efeitos nos leitores, o que dá surgimento a uma história da recepção dos textos enquanto fenômenos que transcendem o contexto e o momento de sua produção original. Por último há o que Skinner denomina *meaning 3*, que está em jogo quando se pergunta: ‘O que o autor quis dizer com o que ele disse nesta obra?’(1988, p.70)”.

Para Skinner o historiador deverá buscar no significado aportado pelo o que o próprio autor denomina *meaning 3*, pela correspondência com a intenção autoral incorporada na escritura dos textos. Skinner reforça essa idéia. Para ele, entender um texto deve ser entender tanto a intenção de ser entendido como a de que se entenda essa intenção, que o texto mesmo deve encarnar. Portanto, a metodologia apropriada para o estudo da história das idéias deve fundar-se na busca de toda a gama de comunicações que poderia haver ocorrido naquele momento em questão através do contexto dado.

Essa será a ênfase proposta para a adaptação da metodologia do contextualismo lingüístico sobre o objeto deste estudo, a da identificação dos atos ilocucionários que permeiam o Plano Trienal, sem, de qualquer forma, deixar de abordar os atos locucionário e perlocucionário.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO PLANO TRIENAL

Qual era a intenção de Celso Furtado ao formatar os Objetivos Gerais do Plano Trienal da maneira como foi feita? Buscava, ele, a mobilização do povo brasileiro para com os desafios contidos nos instrumentos do plano que visavam uma estabilização gradual da economia, com queda da inflação e diminuição do déficit na balança de pagamentos sem o comprometimento do crescimento da economia? Buscava ele, agradar distintas forças políticas, por meio deste plano, numa última tentativa de apaziguamento das tensões políticas, ideológicas e sociais que prenunciavam a resolução não pacífica deste conflito? Ou buscava ele, somente apresentar uma bem formulada introdução aos objetivos que demandavam a utilização de tais medidas, citadas neste texto, para a estabilização gradual da economia com queda da inflação e sem estagnação?

Para desvendar as intenções do autor ao redigir da forma que redigiu o texto em análise, a partir do instrumental teórico que compõe a metodologia do contextualismo lingüístico, os próximos tópicos deste trabalho se desenvolverão, buscando identificar e esclarecer os seguintes pontos necessários para atingir o fim proposto:

- ressaltar a dimensão ilocucionária dos atos de fala de Celso Furtado no período de elaboração do plano, através da exposição da biografia do autor, da sua produção teórica na época, e do contexto econômico do governo na época da elaboração do plano;

- encontrar a dimensão locucionária dos atos de fala de Celso Furtado ao redigir os objetivos básicos do plano, ou seja, identificar o que se entende pela redação do texto de maneira simples, e verificando como Celso Furtado buscava influenciar a aceitação do Plano pelas diversas camadas da sociedade, expondo seus objetivos principais da maneira como apresentou;

- encontrar a dimensão perlocucionária nos atos de fala de Celso Furtado ao redigir os objetivos básicos do plano, apresentando o debate político, com autores contemporâneos, ao plano, ressaltando principalmente a disputa das duas principais correntes que visavam influenciar a formação de políticas econômicas do governo. Disputa essa entre a corrente dos liberais e os da esquerda moderada, conhecida também como o duelo entre monetaristas e estruturalistas que dominou esta época.

3.1 TRAJETÓRIA DE CELSO FURTADO, CONTEXTO HISTÓRICO ANOS 60, E FORMULAÇÃO TEÓRICA DE CELSO FURTADO À ÉPOCA.

Este tópico pretende ressaltar tudo aquilo que compreende a dimensão ilocucionária, ou seja, tudo aquilo que é externo e influencia o autor no momento da redação dos Objetivos Básicos do Plano Trienal, como sua experiência de vida, seus relatos registrados na sua produção teórica naquele período e o contexto social, político, e econômico da sociedade na qual este estava inserido naquele momento. Para tanto esta sessão procura apresentar a trajetória de vida de Celso Furtado, responsável pela elaboração do Plano Trienal, sua produção teórica no calor dos acontecimentos que antecedem a elaboração do mesmo, e o contexto sócio-político-econômico que o rodeia no momento que antecede e acompanha a elaboração do mesmo.

3.1.1 Celso Furtado e sua trajetória até 1960

Este tópico visa apresentar a formação da personalidade do escritor, apresentando a sua trajetória de vida até 1960. Busca-se assim apresentar fatores marcantes na sua vida, e que sem dúvida influenciaram a formação da sua teoria do pensamento econômico.

Nascido em Pombal, sertão paraibano, em 1920, filho de Maria Alice Monteiro Furtado e de Maurício de Medeiros Furtado, é o segundo dos oito filhos que terá o casal. Logo aos sete anos se muda com a família para a Cidade da Paraíba, capital do Estado. Em 1932, aos 12 anos inicia os estudos secundários no Liceu Paraibano, terminando posteriormente no Ginásio Pernambucano em Recife. É nessa época que Celso descobre a sua primeira paixão intelectual, a história. Sua segunda paixão foi a literatura, cultivada desde menino. Em 1939, aos 19 anos chega ao Rio de Janeiro entrando no ano seguinte na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, e começando a trabalhar na *Revista da Semana* como jornalista. Em 1943, ele é aprovado no concurso para técnico de administração do Departamento do Serviço Público (DASP) do Estado do Rio de Janeiro, indo trabalhar em Niterói. Sobre a primeira experiência no setor público o próprio autor revela que, “Até os trinta anos acreditei que minha forma de expressão natural seria a ficção literária e o meu primeiro livro (publicado aos 25 anos) foi uma coleção de contos. Explica-se, assim, que eu haja buscado um meio de vida no jornalismo, ao qual me dediquei desde os vinte anos, se bem essa atividade em nada me atraísse. Já aos 23 anos me engajaria na função pública,

seguindo a tradição familiar. Foi o contato com a função pública que me descortinou uma problemática nova e me encaminhou finalmente para o estudo dos problemas sociais”.

As principais influências intelectuais que se exerceram sobre ele eram provenientes dos tempos do ginásio e se dividiam em três correntes. A positivista, fruto da leitura de um conjunto de livros positivistas herdados de um parente militar reformado, onde a primazia da razão e a ligação entre conhecimento e progresso foram determinantes na sua auto-afirmação como ateu. A historicista, advinda de Marx, onde ele constata que a busca de um sentido para a história era uma atividade intelectual perfeitamente válida; e, por último, a sociologia norte-americana, com base na teoria antropológica da cultura, com a qual tomou contato aos 17 anos com a leitura do livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*.

A economia ainda não existia como curso e o direito era caminho para atividade pública. Mesmo cursando direito Furtado buscava conhecimentos em outras áreas, principalmente no campo da administração. A partir do terceiro ano de faculdade ele toma contato com a literatura norte-americana sobre organização, abrangendo tanto a gestão pública como privada. Esses estudos levaram-no a ver o planejamento de uma forma estritamente operacional.

Em 1944, ele cursa o CPOR (Corpo de Preparação de Oficiais da Reserva) no Rio de Janeiro e escreve seus primeiros artigos no campo da administração e organização para a *Revista do Servidor Público*, do DASP. Já em novembro deste ano ele se forma em direito e é convocado para a Força Expedicionária Brasileira. Em janeiro de 1945 embarca para a Itália como aspirante a oficial da FEB. Acampado na Toscana, serve como oficial de ligação junto ao 5º Exército norte-americano. Sofre um acidente em missão por ocasião da ofensiva final dos aliados no Norte da Itália, retornando ao Brasil em agosto daquele mesmo ano. Em 1946 publica seu primeiro livro, com recursos próprios, *De Nápoles à Paris – Contos da vida expedicionária*, sobre a presença brasileira na Itália durante a Segunda Guerra.

Em dezembro deste mesmo ano embarca novamente para a Europa onde se inscreve no curso de doutorado em economia, da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris (Sorbonne), permaneceria durante este período como correspondente responsável pelo envio de reportagens e artigos para a *Revista da Semana*, *Panfleto* e *Observador Econômico e Financeiro*. Em junho de 1948 gradua-se doutor em economia pela Universidade de Paris com a tese “L’économie coloniale brésilienne”, dirigida por Maurice Byé. De volta ao Brasil, retoma o trabalho no DASP em Niterói e se junta ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhando na revista *Conjuntura Econômica*.

Em 1949, Furtado integra o quadro permanente de economistas da ONU, na Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL –, agência de transcendente importância na formação de políticas de planejamento para a realidade latino-americana, elaborando toda uma teoria para a situação econômica do continente, de ampla ressonância em vários países, ganhando destaque até nos principais centros acadêmicos dos países desenvolvidos. Essa fase é fundamental na formação ideológica de Furtado, pois sob a direção do renomado ex-presidente do Banco central argentino Raul Prebisch, se destacará no grupo de técnicos da instituição na produção teórica. Documentos por ele redigidos seriam maioria dentre os documentos originados no organismo, abordando principalmente o tema do desenvolvimento econômico para os países subdesenvolvidos, com realidades distintas dos países centrais. Durante a sua permanência na Cepal que se estende até 1957, Furtado encabeçara missões em diversos países, como a Argentina, México, Equador, Venezuela, Costa Rica e Peru.

Em março de 1950 Furtado publica, na *Revista Brasileira de Economia* da Fundação Getúlio Vargas, seu primeiro ensaio de análise econômica, sobre a economia brasileira, intitulado, “Características Gerais da Economia Brasileira”. Em 1951 ele visita através da CEPAL universidades dos Estados Unidos com o intuito de informar-se sobre o debate, que então se inicia, em torno dos aspectos teóricos do desenvolvimento. Como declara Furtado (1985, p.190):

Consegui a autorização de Prebisch para visitar alguns centros de pesquisa nos Estados Unidos, tomar pé no que outros estavam fazendo em áreas conexas ou mesmo naquela em que estávamos garimpando. As revistas especializadas norte-americanas começavam a abordar a questão do crescimento econômico em conexão com a busca de condições de equilíbrio de Keynes. Redescobria-se o artigo de Harrod, de 1939, e ganhava voga à retomada da mesma idéia de dinamização do modelo de Domar, em seu artigo de 1947. Em contraste com essas especulações teóricas de alto nível, a temática do desenvolvimento situava-se no plano modesto de simples aplicação às economias “atrasadas” dos instrumentos de análise de validade comprovada.

Após visitar pessoalmente professores que posteriormente viriam a se transformar em grandes ícones da teoria de desenvolvimento econômico, como Rostow, Leontieff e Hershkovits ele constata que o rumo teórico seguido por ele e seus colegas da CEPAL era todavia inédito. Segundo Furtado (1985, p.197): “Estava convencido de que na CEPAL havíamos avançado em terra ignota, e que ocupávamos posições de vanguarda.”

Em setembro de 1952 é publicado pela *Revista Brasileira de Economia*, “Formação de capital e subdesenvolvimento econômico”, primeiro artigo de Furtado a ter circulação internacional, tendo sido traduzido para o *International Economic Papers*, órgão da Associação Internacional de Economia. Em 1953 Furtado instala-se no Rio de Janeiro para

presidir o Grupo Misto CEPAL-BNDE, com economistas das duas instituições, encarregados de elaborar um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. Conforme Furtado (1985, p.268):

Em começos de 1953, fora criada a unidade BNDE-CEPAL, sob minha direção, conforme as diretrizes que haviam sido estabelecidas durante a visita de Campos a Santiago. O Plano de trabalho compreendia um “diagnóstico” da situação econômica do país, um “prognóstico” das tendências, no horizonte de tempo variando de cinco a sete anos, e uma série de projeções com base em hipóteses sobre o comportamento de variáveis instrumentais, vale dizer, decisões a serem tomadas pelo governo. O objetivo era demonstrar quais as opções que estavam abertas e quais as conseqüências prováveis de ações ou omissões dos centros de decisão sob controle governamental. Saíamos da discussão conceitual, em torno da natureza da planificação, para uma demonstração concreta de viabilidade de sua utilização a partir da informação disponível, e de seu alcance prático como instrumento de política de desenvolvimento.

O relatório do Grupo Misto, editado em 1955, seria a base do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek. Conforme assinala Furtado (1985, p.293):

Quando Juscelino Kubitschek pensou em formular um programa de governo voltado para a industrialização, buscou apoio na equipe do BNDE, a qual tinha à mão o estudo que vínhamos de concluir fora de toda visibilidade. Ali estavam calculadas metas referentes a todos os setores estratégicos, com explicação do esforço de investimento a ser realizado para que a produção interna satisfizesse as crescentes necessidades do país em energéticos, produtos siderúrgicos, químicos, celulose e papel, principais bens de consumo duráveis e não duráveis, bens de capital etc. A equipe de Kubitschek pôde, assim, em tempo recorde, definir um conjunto de *metas* de produção a serem alcançadas no período do próximo governo, que tinha a virtude de ser simples e coerente. Elevava-se o nível do debate político e a mensagem do candidato adquiria uma capacidade excepcional de convencimento.

Em 1954 Furtado publica seu primeiro livro de economia, *A economia brasileira*, sobre a teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento em meio a um intenso embate teórico entre os representantes das principais correntes teóricas de economia no Brasil naquele momento. Segundo destaca Furtado (1985, p.287):

A essa altura dos acontecimentos, pareceu-me que se fazia necessário clarificar posições. Trabalhava e três frentes: a) teoria do desenvolvimento: gênese histórica e mecanismos de acumulação; b) a economia brasileira: perspectiva histórica e problemas atuais; e c) crítica das idéias sobre desenvolvimento econômico. Decidi reunir em livro minhas reflexões sobre o conjunto desses temas, consciente que estava de que a contra-ofensiva ortodoxa ganhava terreno. Utilizei o título de *A economia brasileira*, para que não houvesse dúvida de que minha preocupação central era aprofundar o conhecimento da problemática de meu país.(...) A economia brasileira era pensada no quadro amplo da expansão européia e dominação e exploração de outros povos; daí que fosse necessário teorizar sobre o todo, captando a lógica de sua evolução. Por outro lado convencera-me de que os estudos de economia, entre nós, deveriam ser fundamentalmente reorientados, se queríamos abandonar a ótica de marginais e assumir plenamente a maioria cultural.

Também neste ano de 1954, cria com um grupo de amigos, o Clube de Economistas, no Rio de Janeiro, que lança a revista *Econômica Brasileira*.

Em 1955 Furtado retorna a CEPAL, e recebe a liderança de um grupo de estudos a ser realizado sobre a economia mexicana. Durante a sua estadia no México, Furtado encontrou Nicholas Kaldor o qual viria a convidá-lo para uma estadia em Cambridge. Este convite veio ao encontro dos desejos de Furtado a época, o qual diante das pressões pela qual vinha passando a CEPAL estava decidido a se desligar do organismo. Furtado (1985, p.320) comenta:

Quando o deixei no hotel, preocupou-se em procurar o texto (rascunho de seu famoso artigo sobre ‘Teorias alternativas da distribuição’) e em dá-lo a mim. Despediu-se com estas palavras: ‘Por que você não vem a Cambridge passar um ano conosco no King’s College? Vou continuar a trabalhar sobre esta matéria e teremos boas discussões no meu seminário’. Havia decidido deixar a CEPAL no próximo ano. Agora, já sabia aonde ir.

Em 1957, Furtado se licencia da CEPAL, e antes de embarcar para Cambridge no mês de setembro profere uma série de dez conferências no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), Rio de Janeiro, sobre “Perspectivas da economia brasileira”, as quais viriam a se tornar um livro no ano seguinte. È durante a sua estadia em Cambridge que ele escreve a *Formação Econômica do Brasil*, fruto de dez anos de reflexão sobre a realidade econômica brasileira. Sobre os motivos que o levaram a escrever o livro, Furtado (1985, p.331) revela:

O avião da Panair em que viajei para Londres teve um acidente ao baixar no Recife, onde fazia escala, obrigando-me a permanecer dois dias nessa cidade. Perambulando pelas ruas para ver os locais que eu freqüentava quando eu era aluno do Ginásio Pernambucano, entrei na velha livraria Imperatriz. Entre os livros que adquiri, estava uma reedição recente da *Historia econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, que eu havia lido dez anos antes. Folheando esse livro e detendo-me na massa de informação quantitativa que contem sobre o período colonial, veio-me a idéia de tentar a elaboração de um modelo da economia do açúcar a meados do século XVII. Foi dessa idéia que surgiu a *Formação econômica do Brasil*, redigida entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, nas “sobras de tempo” que ia furtando ao festival do debate teórico.

Em 1958, Furtado retorna ao Brasil, desligando-se definitivamente da CEPAL e assumindo uma das diretorias do BNDE. O Brasil Encontrado por Furtado, era um país em extraordinária efervescência, com a construção de Brasília mexendo com a confiança do povo num futuro melhor da nação. Este ano é marcado também por uma grande seca que assola o Nordeste do país, e a mera constituição de frentes de trabalho, medida do governo para a região, se mostraria insuficiente, abrindo a porta para uma série de irregularidades a serem denunciadas pela oposição nordestina acusando a espoliação da região pelos interesses econômicos do Centro-Sul do país. Para Kubitschek essa era um questão importante para o seu governo, este não queria que esse foco de tensão se agravasse, fazendo-o desviar as suas forças na frente principal de atuação principal do governo que era a construção de Brasília.

Para tanto necessitava ele encontrar alguém que conhecesse a realidade nordestina e que dela pudesse se encarregar. Como afirma Furtado (1989, p.67):

Sem conhecimento efetivo da região, a não ser o proporcionado pelos debates no Congresso, onde a confrontação partidária nem sempre ajuda a ver claro na realidade, Kubitschek se interrogava sobre o que fazer para evitar que a “questão nordestina” pusesse em risco a obra de redenção nacional que imaginava estar realizando. Andou indagando de um lado e outro por idéias. Alguém lhe citou o meu nome, informando que eu acabava de assumir uma das diretorias do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), dedicando-me com exclusividade à área nordestina. (...) O fato é que renunciara a meu cargo nas Nações Unidas e aceitara um posto de diretor do BNDE sob a condição de que minha atuação se circunscreveria à área do Nordeste. (...) De imediato, coube-me intervir no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), um dos muitos grupos que instituíra o banco, transformando em órgão assessor principal da presidência da República. (...) Kubitschek necessitava de idéias capazes de desviar a atenção do quadro dramático que se apresentava na região.

Logo após a reunião com Kubitschek, onde Furtado faz uma exposição minuciosa do problema nordestino, o presidente o encarrega de levar a cabo o que ele denominou de “Operação Nordeste”. Furtado então elabora para o governo federal o estudo “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, que da origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), constituído por representantes de órgãos do governo federal e pelos governadores de nove estados do Nordeste. Furtado é então nomeado seu secretário-executivo.

Já em 1959, visando dar cabo a continuidade dos trabalhos do projeto de desenvolvimento nordestino, corria no congresso o projeto de lei que instituía a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além de preservar a estrutura de decisão do CODENO, a instituição da SUDENE introduziria a obrigação de planejamento plurianual para os investimentos federais na região e da organização preventiva do combate aos efeitos da seca, além de instituir um amplo sistema de incentivos possibilitando revigorar os investimentos privados na região. O Congresso Nacional aprova a lei que cria a SUDENE, órgão com sede em Recife, e Furtado é nomeado seu superintendente. Furtado (1989, p.133) ressaltou ao assumir o cargo:

“Em meu discurso de posse, no cargo de superintendente da SUDENE, procurei transmitir uma mensagem de otimismo, e fiz uma síntese do que havia de inovador na lei recém sancionada. Em primeiro lugar, ela abria novos espaços para o entendimento das forças políticas, “com base na discussão aberta no confronto de critérios”. “A união – dizia – em torno das mesmas diretrizes de homens de governo vinculados a diferentes partidos contribuirá, seguramente, para o aperfeiçoamento das instituições democráticas na região.” Esses elementos de reforma política, contidos na lei da SUDENE, assinalava eu, são da maior significação, porquanto os objetivos de desenvolvimento devem ser afastados das faixas de fricção da luta partidária. Em segundo lugar, introduzia a lei formas mais racionais de intervenção do Estado na esfera econômica. Afirmei: “Com a criação da SUDENE, o governo federal equipou-se para formular sua política de desenvolvimento no Nordeste dentro de diretrizes unificadas. Os investimentos federais serão agora submetidos a

critérios de essencialidade, consubstanciados num plano diretor, a ser apresentado pelo Sr. Presidente da Republica ao Parlamento nacional, que poderá assim exercer o seu trabalho critico da forma mais fecunda”. Os incentivos a iniciativa privada seriam ministrados com uma visão unificada, que permitira emprestar-lhes coerência e transparência. Por ultimo, acrescentei, surgia uma nova concepção do fazer administrativo. A SUDENE seria o primeiro órgão de administração direta com todo o seu pessoal especializado trabalhando em regime de tempo integral”.

Já em maio de 1960, era enviado ao congresso o projeto daquilo que viria a ser o I Plano Diretor para o desenvolvimento do Nordeste. Pela primeira vez era possível ter uma visão global das tarefas a serem realizadas e uma visão clara do enorme atraso que havia acumulado a região. No entanto, este mesmo ano era ano de eleição presidencial, e para aumentar a agitação política, a sede do governo federal seria transferida para Brasília. Como declara Furtado (1989, p.141):

A próxima mudança de equipe do governo federal trazia consigo a ameaça de descontinuidade do trabalho já realizado. Tudo indicava que o Plano Diretor não sairia no governo Kubitschek. E se o novo presidente desejasse engajar-se em coisa nova, desvinculada do nome de seu antecessor?

Essa situação preocupava Furtado, que saiu a luta para conseguir o comprometimento dos candidatos sucessores, com a causa da SUDENE e a sua perenidade. Como relata Furtado (1989, p.143):

Jânio Quadros, o crítico feroz de Kubitschek, logo percebeu o alcance da idéia e a apoiou publicamente, em comício na cidade de Campina Grande. O general Lott, candidato da situação, também viria a dar seu apoio, mas com relutância, como se a SUDENE não fosse uma grande conquista do governo ao qual lhe caberia dar continuidade.

A vitória de Jânio Quadros, o homem da vassoura, para a presidência permitiu a Furtado descansar na sua labuta de manter a SUDENE viva. Kubitschek em fim de mandato o confessara sobre contatos feitos com Jânio durante a campanha, relata Furtado (1989, p.157):

Disse-me que este pretendia dar grande importância ao Nordeste, pois “aqui há grandes coisas a fazer, e ele não poderá me ofuscar no conjunto da obra”. Acrescentou em tom mínimo: “Fiz elogios a você, em entendimento pessoal com ele, e posteriormente ele observou que minhas referências haviam sido confirmadas.

3.1.2 Contexto histórico dos anos 60

Busca-se nesta secção apresentar o contexto social, político e econômico, que caracteriza esta época conturbada da história brasileira. A apresentação desta realidade é definitivamente crucial, na compreensão do contexto atuando sobre a percepção dos problemas da sociedade brasileira e na formulação das idéias do autor, neste caso Celso Furtado. O período abordado para estudo abrange desde a chegada ao poder de Jânio Quadros

até a derrocada do Plano Trienal como plano de desenvolvimento econômico. Busca-se servir esta apresentação do contexto da época, principalmente com relatos contidos na obra *A Fantasia Desfeita*, de Celso Furtado, ressaltando a visão que o autor anos depois proferiu sobre estes anos vividos por ele, participando ativamente no governo, num panorama de extrema agitação da vida social brasileira. E realiza-se, no tópico destinado ao Plano Trienal, um acompanhamento da história com notícias veiculadas no jornal *O Estado*, de Florianópolis, Santa Catarina, na época dos acontecimentos. Fruto de uma pesquisa exploratória, que resgatou notícias ligadas ao contexto político-econômico da época, durante o período que se estende de outubro de 1962 a março de 1963. A idéia é enriquecer a compreensão do contexto pela observação da divulgação dos acontecimentos pela imprensa.

3.1.2.1 *A ascensão de Jânio Quadros e a inusitada renúncia.*

Como descreve Celso Furtado (1989, p.141), “O ano de 1960 foi agitado pela mudança da sede do governo federal para Brasília e pela campanha presidencial”. Sem dúvida estes foram os principais acontecimentos da vida pública brasileira naquele ano. Embora o pleito ocorresse sob um contexto diferente do visto nas eleições anteriores de 1950 e 1955, sem a tentativa eminente de bloqueio jurídico da validade das eleições com teses absurdas, nem tampouco havendo a necessidade do apoio de algum general esclarecido para assegurar a posse ao eleito, o ambiente era de acatamento à vontade do povo.

De qualquer maneira a extrema aceitação de Jânio pelo povo, refletindo o imenso número de votos janistas, por ele recebidos, impossibilitava qualquer tentativa ensaiada de atentado à democracia. Sendo uma figura peculiar, Jânio acatou as massas e se elegeu presidente. Chegava ele à presidência pelos braços do povo. Como relata Skidmore (1979, p.231):

A atração de Jânio baseava-se na sua imagem como o ‘antipolítico’, o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical em relação aos detentores do antigo estilo, os quais se apegavam aos hábitos pré-1930 e não podiam se adaptar às necessidades de um Brasil urbano e moderno.

Sobre o resultado das eleições, esclarece Rodrigues (1986, p.28): “O fato mais relevante acentuado pelas urnas foi a separação entre o país (representado até certo ponto pelo colégio eleitoral) e os partidos políticos, que são os órgãos designados para encaminhar o processo de escolha dos representantes”. A agregação de novos contingentes de votantes a cada nova eleição assegurou a perda de prestígio das instituições partidárias. O resultado

disso, é que as decisões políticas passaram a estar ligadas a pessoas, e não mais à representatividade de um partido. Segundo Rodrigues (1986, p.31):

O presidente da República emergiu, assim, do pleito como a emanção direta não das tendências, mas da falta de tendências organizadas da opinião nacional; não como o representante de partidos e diretivas políticas, mas como afirmativa 'cívica' de que esses partidos e diretivas políticas não têm para o povo feição definida; não como o resultado de uma opção amadurecida das massas, mas como expressão da crise institucional, em processo de agravamento. Havia vontade de mudar.

O novo governo começou debaixo de um clima de grande expectativa, devido ao fim da era Kubitschek que tanto havia mexido com o país, e a falta de previsibilidade do novo governante. Este por horas se pronunciava em favor das forças diversas que compunham a sua base política principal, como em relação à política exterior, e em outros momentos alienava diretamente os setores populistas do governo. Sobre essa fase inicial Furtado (1989, p.165) revela:

O ambiente, no primeiro mês do governo Janio Quadros, era de expectativa geral. Na administração, recém saída da fase final de Kubitschek, instalou-se um clima de calma. Ninguém mexia em nada, à espera que aparecessem as comissões de inquérito que deveriam apurar supostas irregularidades do governo anterior. O presidente tinha a arte de manter o país em suspenso.

Nesse primeiro momento não havia uma posição a fixar diante do governo, sendo que este não havia definido claramente a sua. Sabia-se apenas que este acenava discretamente uma política exterior autônoma e uma posição fiscal austera.

Jânio Quadros assumiu o poder com um programa de governo que só traçava as diretrizes gerais, ainda sem equipe para botá-lo em prática. Precisaria ele de mais tempo para preparar um verdadeiro plano de ação. Pesou contra ele a desvantagem de ser o primeiro governante em Brasília, cidade a qual naquele momento não passava de um acampamento político, desprovida de mão de obra capacitada, sem pessoas preparadas com conhecimento da realidade brasileira na época. Além disso, havia um desequilíbrio externo considerável, que tornava clara a necessidade de negociações com o exterior. Concessões evidentes a serem negociadas pelo governo reduziriam a capacidade de manobra do mesmo. Como revela Furtado (1989, p.166) sobre a forma de governar do presidente:

O presidente ouvia uns e outros, mas não discutia propriamente, como se desejasse preservar toda a liberdade para decidir por conta própria. (...) E, aparentemente, ceder em qualquer coisa se lhe afigurava perda de autoridade. Ele parecia sempre preocupado com a preservação da plenitude de sua autoridade. (...) As relações com os ministros de Estado, que ele tratava de excelência, eram formais e distantes.

Essa falta de pessoas especializadas em Brasília o prejudicou na formação de uma equipe de assessores competente, que permitiria a ele uma maior influência sobre os

diferentes ministérios, restando assim, aos ministros o domínio livre das suas áreas. Ao mesmo tempo essa falta de assessoria presidencial fazia com que os ministros engendrassem um clima de tudo em ordem, embora muitos soubessem dos problemas existentes no terreno alheio. Furtado (1989, p.167) revela: “Aquele homem necessitava de ajuda, dada as condições adversas em que lhe cabia governar um país em transformação tumultuosa, a partir de um acampamento situado a quilômetros de distância dos centros nevrálgicos da sociedade”.

Seu governo tomou a sua primeira decisão polêmica em meados de abril, quando resolveu tratar do problema da dívida com os credores externos mobilizados em torno do FMI. A aprovação da resolução 204 da SUMOC que tratava da reforma cambial foi, a demonstração da falta de rumo do governo de Jânio, uma vez que se resumiu na adoção de um pacote pronto formulado pelo FMI e reiterado pelo então Ministro da Fazenda, Clemente Mariani. Argumentaram-no que essas reformas eram absolutamente indispensáveis e que por falta de coragem do governo anterior em enfrentar a realidade havia sido engavetada. Como nos revela Skidmore (1979, p.240): “Essas reformas contribuíram para obter a aprovação do FMI, dando a Quadros o pré-requisito para renegociação das dívidas, coisa que Kubitschek não conseguira”. Diziam-no também que se tratava de uma medida que relevaria o combate à inflação. Jânio abraçou o projeto, e consciente do desgaste a qual se expunha em função disso, esperava que todo o ministério se mobilizasse para defendê-lo. Como revela Furtado (1989, p.167): “O verdadeiro objetivo da reforma era enterrar de uma vez o sistema de câmbios diferenciais, anátema para o FMI”. Jânio não estava levando em conta as conseqüências de uma medida como essa para a formação de caixa do governo. Naquele momento o fundo dos ágios vinha sendo uma fonte de arrecadação para o governo mais importante do que o próprio imposto de renda. O desequilíbrio financeiro seria problemático, e a efeito retardado, havendo sucesso na reforma cambial proposta.

No âmbito das relações exteriores, porém, Jânio se esforçou para ampliar a área de atuação do Brasil no espaço internacional. Tomou contato com as primeiras nações africanas independentes, reconheceu o governo da União Soviética e buscou fomentar acordos comerciais entre os dois países, abriu contato com os americanos a respeito do tratamento deste com Cuba, restabeleceu um diálogo mais cordial com a Argentina, e enviou o vice-presidente em viagem oficial a República Popular da China, flagrando a crescente autonomia desta em relação à União Soviética. Como revela Skidmore (1979, p.245): “Uma política de tal envergadura tinha, de certo modo, uma razão óbvia. No campo econômico, por exemplo, Quadros esperava diminuir os males financeiros do Brasil através de negociações simultâneas com as três grandes potências: os Estados Unidos, a Europa e o bloco soviético”.

No plano externo suas medidas lhe renderam o apoio dos setores progressistas, nacionalistas e de esquerda, aqueles que o haviam exortado na campanha para presidência. No plano interno a adoção de medidas ortodoxas nas questões econômicas e os cortes autoritários nas esferas sociais o reprimiam a simpatia das classes menos favorecidas da nação.

A oposição, liderada por Carlos Lacerda, se levantou contra Quadros, em face da desnorteada orientação deste no governo, e tratou de colocar o presidente em descrédito perante a classe média e os militares. Segundo Skidmore (1979, p.247): “Era a mesma técnica que empregara anteriormente contra Vargas e que havia tentado contra Kubitschek. Contra estes dois conseguira utilizar a pecha da corrupção. Contra Quadros usou a política externa independente”.

É verdade que Jânio transparecia seu desejo de poder, ao demonstrar a sua vontade de poder governar por decretos, passando assim por cima o congresso. Existem evidências de que ele, Jânio se inclinava para o poder pessoal, desprezando o congresso, não se entrosando no sistema constitucional vigente. Jânio julgava a Constituição estreita, inadequada e buscava o aumento dos poderes do Presidente da República. O presidente explicitava assim a sua falta de vontade em se entender com o Poder Legislativo. Este se encontrava debilitado com a mudança para Brasília, uma vez que se tornava raro, ocasiões onde se obtinha número suficiente de parlamentares para tomar decisões. O presidente interpretava essa inoperância legislativa como uma afronta ao seu governo. Essa confrontação não tardaria em se tornar um impasse. Jânio pecou também ao ignorar os partidos políticos existentes, ao mesmo tempo em que, não fez questão de fundar o seu próprio partido.

Incapaz de reunir interesses e diferentes grupos em torno de um programa de governo, Jânio perdeu a possibilidade de construir um sistema de forças. Ele não foi capaz nem de se posicionar a favor ou contra qualquer grupo. Não havia nenhuma ordenação de medidas a serem executadas no seu governo. Ao esquecer que era impossível governar um país sozinho, Jânio pagou o preço, ao tentar reunir poderes após uma manobra política sua, de renúncia ao cargo de presidente, ao esperar o seu retorno ao posto de presidente da República, mais fortalecido, por meio de contestação de legitimidade da sua causa.

A renúncia do presidente Jânio Quadros, trouxe a tona uma série de aspectos ainda um tanto obscuros. Ficou claro o isolamento político de Jânio e a sua falta de entrosamento com o poder militar, incapaz de garantir uma cobertura adequada. Como afirma Skidmore (1979, p.250): “É evidente que Quadros superestimava então sua popularidade como político e imaginava que o Congresso e os militares não teriam outra alternativa senão solicitar que continuasse como presidente, aceitando todo o seu programa”. Existiam meios informais que

possibilitassem o retorno do mesmo, o presidente da Câmara, Sr. Mazzili, poderia consultar os líderes políticos antes de oficializar a renúncia na sessão legislativa, porém não o fez. Os ministros militares conseguiriam também a retenção do papel pelo Sr. Mazzili na Câmara por alguns dias, mas não buscaram isso. As manifestações operárias e concentrações populares pedindo o retorno do governante não se realizaram. Até o apelo de alguns governadores, não surtiram efeito devido a precipitação dos acontecimentos. Como exalta Furtado (1989, p.197):

Jânio Quadros, fora de desencadear o processo, nenhuma influência teve no desenrolar dos acontecimentos, o que confirma sua total desvinculação da classe política e a pouca profundidade de sua implantação nas forças de direita que tradicionalmente o apoiavam.

Nesse momento de instabilidade política, com o governo a deriva, diferentes grupos políticos tentaram sobressair com a situação inusitada que ocorria no país, uma vez que a figura legítima para herdar a presidência da República, o vice-presidente João Goulart, se encontrava a milhares de quilômetros de distância do centro de poder brasileiro, na China.

Sobre o período de Jânio Quadros na presidência, Rodrigues (1986, p.40) observa: “Um presidente forte e um regime fraco eram dois termos difíceis de conciliar. Quando o desajustamento se aprofundou, caiu um deles e foi preciso alterar o outro”. Na opinião de Furtado (1989, p.172):

Fosse ele capaz de autodisciplina, reservando as suas energias para o essencial, capaz de coibir suas explosões de concupiscência, e em minha geração o Brasil teria contado com um estadista de ordem superior. Um comportamento sujeito a espasmos compulsivos e uma personalidade autoritária faziam de Quadros um indivíduo frágil, inapto para tirar partido de suas excepcionais faculdades de pensar e de julgar na dura contenda em que se transformara a vida política brasileira.

O temperamento instável de Jânio, sem dúvida foi o fator decisivo para que este optasse pela renúncia, como estratégia visando angariar o apoio para governar, sem o qual este não teria condições de proceder as reformas exigidas pela nação.

3.1.2.2 *João Goulart e o Parlamentarismo*

A renúncia do presidente Jânio Quadros, mexeu com a estrutura política do país. A ausência do vice-presidente João Goulart, que se encontrava em vista oficial a China, acirrou os ânimos e exaltou idéias extremas dentre os diversos grupos políticos a respeito da sucessão presidencial.

Já a partir do segundo dia após a renúncia de Jânio, a extrema direita isolou-se politicamente ao tentar articular um golpe sob o pretexto do Comunismo x Democracia, não

encontrando respaldo nem no seio do povo, tão pouco entre as forças políticas, logo sendo desarmado dentro do próprio exército.

Todas as demais correntes políticas, de esquerda, centro-esquerda, centro e até centro-direita defenderam o governo representativo e repudiaram uma ditadura militar. Uniram-se na defesa da posse de João Goulart como uma barreira a instauração de uma ditadura militar, no entanto divergiram, à esquerda e à direita, na medida em que a posse de Goulart representava um reforço da esquerda e centro-esquerda, pautada na ascensão do movimento de massas naquela época, ocasionando a discussão pela corrente centro-direita com a extrema direita na busca de um meio termo para essa questão. Como revela Skidmore (1979, p.259):

É importante ter em mente, no entanto, que a opinião do centro apoiava Jango 'sob experiência'. Muitos ainda abrigavam uma suspeita de que Jango poderia, mais tarde ou mais cedo, tentar uma solução 'peronista'. Não desejavam sacrificar as tradições de legalidade do Brasil, mas, daquele momento em diante, a 'legalidade' dependeria da habilidade de Jango em exercer a presidência sem perturbar o equilíbrio político.

Esse meio termo seria encontrado na emenda parlamentarista, a qual retiraria poderes do presidente sem impedi-lo de tomar posse e exercer sua função. Segundo Skidmore (1979, p.269):

O recurso ao parlamentarismo, como solução para a crise política, foi o resultado de longa campanha de um pequeno grupo de partidários do sistema parlamentarista. (...) Mas a súbita aprovação pelo Congresso de um regime parlamentarista era pouco mais do que a busca desesperada de uma solução qualquer de compromisso, para a crise provocada pelo veto dos ministros à posse de Jango.

Nas palavras de Rodrigues (1986, p.45):

A emenda parlamentarista, tornando menos potente o morador do Alvorada, sem castrá-lo, porém, foi a fórmula transacional que serviu ao centro para impedir a ditadura, evitar a guerra civil (de resultado incerto) e barrar igualmente um vitória do centro-esquerda e da esquerda.

Para Furtado (1989, p.197) a saída do imbróglio pela instauração temporária de um regime parlamentarista foi exemplar, segundo ele: "O que foi feito pela classe política brasileira após o verdadeiro imbróglio criado por Quadros com sua renúncia é obra de alto virtuosismo, que arrancou aplausos na esfera internacional".

A reforma realizada, no entanto, permaneceu vulnerável, pelo fato principal de ter sido utilizada como esquema de transição. O regime parlamentarista era fraco, uma vez que o Congresso existente naquele momento era um velho congresso que mal representava a opinião pública do país. Além do que o parlamentarismo provocava uma dispersão de poder, uma vez que o primeiro-ministro atuaria dentro de um espaço traçado pelas alianças políticas que o apoiavam no Congresso. A elasticidade do sistema parlamentar, no que diz respeito à

dissolução do parlamento, não existiria no caso específico brasileiro, uma vez que a própria emenda parlamentar não permitia a dissolução da atual Câmara, portanto devendo esta permanecer até 1963.

João Goulart, diante dos acontecimentos, apressou-se a retornar ao Brasil, para assumir o posto de Presidente da República. Sua capacidade para assumir a Chefia do Estado era posta em dúvida pelos seus opositores. Bandeira (1983, p.43), no entanto afirma:

Ao contrário do que seus adversários difundiram, Goulart não estava despreparado para dirigir o País, quando chegou a Brasília, após dez dias de crise, em 7 de setembro de 1961. Tinha mais condições para exercer o cargo de Presidente da República do que Jânio Quadros e, quiçá, do que o próprio Kubitschek, em 1956. Levava um programa de governo – o das reformas de base – e larga experiência na política federal, o que lhe dava uma visão mais ampla, menos provinciana, dos problemas brasileiros.

Goulart assumia a Presidência da República, um poder enfraquecido, num momento em que o Brasil exigia um governo forte e centralizado, apto a efetuar as mudanças que o desenvolvimento brasileiro exigia. Tornava-se mais difícil, para Goulart e para o Conselho de Ministros aprovados pelo Congresso, lidar com a questão efêmera da espiral inflacionária. A inflação teve impulso, com o corte nas receitas do governo, proveniente da reforma cambial, com a aprovação da Instrução 204 da SUMOC, sem uma contrapartida na arrecadação do governo, obrigando o mesmo a emitir cada vez mais a fim de financiar o déficit de caixa do Tesouro Nacional.

Em sua primeira mensagem ao Congresso, Goulart revelou que a elevação geral dos preços, registrada em 1961, fora de 45%, a maior do decênio, em virtude das emissões destinadas a atender às crescentes necessidades de crédito das empresas privadas e à cobertura do déficit do Tesouro Nacional. O deputado Tancredo Neves escolhido para compor o primeiro gabinete parlamentar, se defrontaria com uma situação que segundo Bandeira (1983, p.44): “(...) bastante difícil, com uma reforma cambial drástica iniciada, cuja implementação, segundo a sistemática do tratamento de choque da economia, impunha medidas ainda mais drásticas, que Jânio Quadros não teve coragem ou condições para tomar”.

Esse primeiro governo parlamentar, não conseguindo segurar a pressão inflacionária com as taxas avançando, enfrentava o descontentamento das diversas forças políticas, principalmente as da extrema direita, que derrotadas na tentativa frustrada de golpe de Estado, se encontravam prontas para uma nova incursão. Goulart percebia o que estava acontecendo, e denunciou em um discurso um mês depois da sua posse, uma conspiração contra a ‘nova

ordem constitucional' daqueles que 'ontem procuravam contrariar os legítimos anseios do povo'⁶. Em discurso no plenário o Deputado Sérgio Magalhães advertiu que:

grupos financeiros, externos e internos, procuram criar, com a elevação desenfreada do custo de vida e a especulação no mercado cambial, uma situação insustentável, que justifique, perante o povo, a implantação de uma ditadura de direita⁷.

O viés nacionalista identificado no Gabinete de Tancredo Neves pela direita se deu, principalmente, pela política externa independente do governo. Com três meses de exercício do Governo Parlamentar, o Ministro das Relações Exteriores, San Thiago Dantas restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética e continuou a condenar as sanções propostas pelos Estados Unidos contra Cuba. Essa política externa independente do país ganharia notória repercussão, na Conferência de Punta del Este, onde defendendo sua posição contra ataques intimidantes por parte do Secretário de Estado norte-americano Dean Rusk a favor do retalhamento de Cuba e sua Expulsão da OEA, conseguiu manter a cabo seus princípios.

Apesar de posteriormente ter havido concessões, principalmente no que diz respeito à abstenção do voto na OEA, onde os Estados Unidos conseguiram o afastamento de Cuba, o desgaste nas relações com os Estados Unidos aumentava. O principal motivo para tal, provinha da desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da norte-americana ITT (International Telephone e Telegraph), pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola cunhado do Presidente João Goulart, sendo que ele, Brizola, já havia anos antes encampado a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da American & Foreign Power (Bond & Share). Os norte-americanos, visando evitar novas nacionalizações de suas companhias, e usando como pretexto a ajuda da Aliança para o Progresso, programa de ajuda ao desenvolvimento dos países latino americanos, carro chefe do governo de John Kennedy para a América Latina, logo fez passar no Congresso uma lei que determinava a suspensão de qualquer ajuda aos países que desapropriassem bens americanos. Como revela Bandeira (1983, p.49):

A tendência para a nacionalização dos serviços públicos se acentuou, entretanto, em todo o Brasil como imperativo do próprio desenvolvimento do capitalismo. Os grupos estrangeiros (Brazilian Traction-Light & Power, American & Foreign Power, ITT), que os monopolizavam, através de suas subsidiárias, nada fizeram para modernizá-los, sintonizá-los com o progresso, adequá-los às necessidades e ao ritmo de crescimento do País, estorvando-lhe assim o processo de industrialização, a pretexto da baixa rentabilidade do setor, embora continuassem a remeter lucros e dividendos para as suas matrizes no Canadá e nos Estados Unidos.

⁶ Discurso de Goulart na sede da revista *O Cruzeiro*, In Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 8-10-1964.

⁷ Discurso de Sérgio Magalhães na Câmara Federal, In IB., 5-11-1961.

Esse problema já era antigo, mas no entanto, havia sido explicitado com o surto de desenvolvimento ocorrido durante o governo de Juscelino Kubitschek. Getúlio Vargas já havia tentado acabar com este problema na distribuição de energia elétrica, encaminhando um projeto de lei que criaria a Eletrobrás, porém seu suicídio, não permitiu a continuidade do processo. Esta viria a ser aprovada em 1961, com esforço de Goulart, ciente da necessidade desta, dentro do seu programa de reformas de base.

Consciente do contexto conturbado das relações Brasil - Estados Unidos naquele momento, Goulart com viagem já marcada para os Estados Unidos, procurou encaminhar pessoalmente junto ao Presidente John Kennedy uma solução global para o impasse das concessionárias de serviços públicos, a fim de que posteriores nacionalizações em vista, não perturbassem as relações entre os dois países. A conversa entre os dois líderes aconteceu em 04 de abril de 1962. Goulart não se comprometeu formalmente a comprar as concessionárias de serviços públicos, e tão pouco tratou dos critérios de apuração do preço justo das mesmas, apenas manifestou uma intenção, deixando espaço para a interpretação das suas intenções aos americanos. Reforçou Goulart, também durante a sua visita, a necessidade de diálogo e respeito entre as nações para o sucesso do programa da Aliança para o Progresso, ao mesmo tempo em que se recusou a assinar um acordo para a concessão de um financiamento a SUDENE, dirigida por Celso Furtado, onde os Estados Unidos queriam controlar a aplicação dos recursos, ocasionando a perda de autonomia deste órgão. Esta viagem não trouxe resultados, porém ao regressar, Goulart estava decidido a resolver o problema das subsidiárias da ITT e da Bond & Share, nos termos debatidos com Kennedy, e para isso Goulart instituiu a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviço Público (CONESP).

Neste mesmo ano, 1962, Goulart faria passar pelo Congresso duas leis de profundo alcance para a autonomia do país sobre a infra-estrutura tecnológica, criando o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, com o monopólio estatal para a pesquisa, lavra de jazidas e comércio de minérios nucleares. Correspondiam essas medidas ao anseio nacionalista que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro exigia, e ao qual o Governo conjunto de Goulart e Tancredo não podia evitar.

No entanto, essas aspirações nacionalistas, eram interpretadas, tanto pelos Estados Unidos como pelas classes dominantes brasileiras intimamente ligadas ao capital estrangeiro, como reivindicações sociais, e como o acirramento da luta de classes.

A politização das massas, principalmente a sindicalização dos trabalhadores das cidades, e formação das ligas camponesas no interior, sinalizavam com antecedência a necessidade eminente de reformas estruturais para evitar confrontos deliberados de interesses

dos diferentes grupos sociais brasileiros. A principal dessas reformas, a qual Goulart sabia da importância para aclamar os ânimos, era a questão da reforma agrária. Já em 1958, Goulart preconizara a necessidade de reforma da propriedade agrícola, não somente por questões sociais de distribuição de renda, mas como também como uma possibilidade de ampliação do mercado interno. O principal empecilho a essa reforma, se encontrava na resolução legal da mesma, uma vez que no Art.141 da Constituição Federal, constava o pagamento prévio de justa indenização, em dinheiro, para as desapropriações por interesse público. O Congresso até aquele momento sempre caracterizado como um reduto da Classe Ruralista conservadora recusava a modificar a constituição, contando com o apoio dos grandes monopólios das multinacionais aqui instaladas, que viam nesse movimento a ameaça futura de incursão governamental sobre as suas propriedades. Movimentos de contestação da reforma agrária eclodiram em distintas regiões do país, e sob a salvaguarda das forças militares os proprietários de terras defendiam suas propriedades. Goulart, no entanto, manteve sua posição e saiu em defesa da aliança dos camponeses com os trabalhadores urbanos, para a realização da reforma agrária, ao dizer que não se alcançaria a paz social no país em cima da miséria do povo. O problema se encontrava, naquele momento, no oportunismo de alguns, pois por trás da crise social existia a especulação, que provocava a escassez dos alimentos mais importantes nos grandes centros urbanos, com o objetivo de desgastar o Governo Federal. Como nos expõe Bandeira (1983, p.57):

O confronto de classes se acentuava, dia a dia, tanto nos campos como nas cidades. A inquietação social incumbia-se de polarizar a luta, empurrando as forças partidárias para seus respectivos leitos políticos. O PSD, com raízes predominantemente no latifúndio, tendia a acompanhar seu aliado ideológico natural, a UDN, partido mais representativo da burguesia cosmopolita e da oligarquia financeira, rompendo com o PTB e com o esquema getulista de conciliação de classes.

Sob tal conjuntura, tornou-se inviável a continuidade dos trabalhos do Gabinete do Primeiro Ministro Tancredo Neves, comprometido com as reformas. A queda do gabinete em junho de 1962, acabou com a tentativa de união nacional, e acirrou a disputa entre Goulart e o Congresso pelo poder político. A dificuldade para a composição do novo Gabinete, ficou clara após a rejeição do nome do então Deputado San Thiago Dantas, indicado por Goulart, alvo de protestos do PSD e UDN devido à política externa independente por ele engendrada durante a sua estadia no Ministério de Relações Exteriores. Goulart obteve, no entanto, uma reposta das massas à seu favor, quando estas desencadearam uma greve geral, paralisando o país, exigindo uma resolução a favor do presidente. Como revela Skidmore (1979, p.269): “Jango agarrou-se as greves e aos distúrbios como prova de que necessitava de poderes

executivos totais para governar o Brasil. Seus inconciliáveis opositores acusavam-no de que estava deliberadamente manobrando a intranquilidade nacional”.

O proletariado se fortalecera desde as manifestações pela posse de Goulart como presidente, com os líderes sindicais formando o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o PUA (Pacto de Unidade e Ação), e outras associações de nível regional unificando o movimento e fortalecendo a defesa de suas reivindicações. Suas manifestações surtiram efeito, e o Congresso já sem opções, acatou o nome do Professor Francisco Brochado da Rocha, comprometido com a política de Goulart, e principalmente com os esforços para a antecipação do plebiscito, que decidiria através de um referendo popular a legalidade ou não da emenda parlamentarista. Seu Gabinete, porém, teve curta duração. A crise se agravou em setembro de 1962, quando o Congresso se recusou a dar os poderes necessários a Brochado da Rocha, para que esse encaminhasse as reformas de base e antecipasse o plebiscito. Um impasse militar foi ocasionado nesse momento, com o General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, telegrafando ao Presidente João Goulart a impossibilidade de se garantir a paz na região sem a provação do plebiscito pelo Congresso. O general Nelson de Melo, Ministro da Guerra, embora fosse a favor do plebiscito, quis punir o General Jair Dantas Ribeiro, e o gabinete de Brochado da Rocha renunciou para evitá-la e contornar o impasse militar.

Goulart embora sofresse pressão do setor militar para resolver o impasse do Congresso em relação ao plebiscito por meio da força, soube arrancar do Congresso a emenda do plebiscito por vias legais. Bandeira (1983, p.62) revela:

Sem dúvida alguma, ele manobrou com extrema perícia e mostrou a inviabilidade do parlamentarismo, cuja manutenção ninguém mais desejava, após um ano de prova. Nem o proletariado, porque o identificava com a reação e o conservadorismo, nem os militares, com o vezo da ordem e da autoridade, nem a burguesia, ansiosa de paz e segurança para os seus negócios.

Apesar da oposição, não restou ao Congresso senão discutir e aprovar entre 14 e 15 de setembro a data do plebiscito para o 06 de janeiro de 1963, para depois das eleições daquele ano (outubro), porém permitindo a Goulart a constituição de um Conselho de Ministros provisório sem previa anuência do Congresso.

3.1.2.3 *Plebiscito sobre o Ato Adicional e o Plano Trienal*

Como bem observa Furtado (1989, p.223):

As eleições de fins de 1962, para renovação do Congresso e escolha dos governadores dos estados, assumiram grande importância em razão da situação anômala em que se encontrava o país, com um presidente que não aceitava o parlamentarismo e primeiros-ministros que se sentiam sem legitimidade para assumir plenamente a chefia do governo.

No entanto com a aprovação do plebiscito pelo Congresso, Goulart havia recuperado ainda que informalmente os poderes que dele haviam sido usurpados após a renúncia de Jânio Quadros. Goulart logo incumbiu o Professor Hermes Lima, como Primeiro-Ministro, a organizar o Gabinete provisório, com viés presidencialista, e se largou a fazer campanha pelo país em defesa do presidencialismo, para que o povo lhe referendasse a vitória, no plebiscito que se organizara para o próximo dia 6 de janeiro. Como revela a notícia veiculada no jornal *O Estado* (Florianópolis, 10-10-1962):

O presidente Goulart vai dar início às conversações políticas em torno da formação do novo Gabinete de Ministros que terá como presidente, segundo se anuncia o sr. Antonio Balbino. O primeiro-ministro Hermes Lima, em declaração a um grupo de jornalistas, afirmou que terminara sua missão de presidir às eleições. O presidente Goulart espera até o fim do mês em curso concluir os entendimentos políticos em torno da organização do novo gabinete. A missão do Conselho a ser empossado será preparar o plebiscito, marcado para janeiro próximo”.

Embora não houvesse ninguém saindo em público em defesa do parlamentarismo, alguns empresários, representantes da burguesia comercial e de grupos estrangeiros, continuavam se articulando em oposição ao governo, sob o pretexto de combate ao inimigo comunista, visando propriamente o a instauração de uma ditadura de direita. Como relata Skidmore (1979, p.270): “Da direita vieram os ataques – de Lacerda e do radicalismo udenista. Acusavam o regime de Jango de estar comprometido com os comunistas e de tramarm um golpe”. Foram principalmente esses empresários, os responsáveis pela criação e financiamento do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, ambos os organismos obtendo suporte para sua estruturação da agência americana da CIA. A participação da CIA tinha o claro objetivo de disseminar intrigas, para influenciar as eleições, visando aumentar a intranquilidade no país, buscando a derrocada do regime democrático.

O IPES havia surgido no começo de 1962, e dizia-se “contra a radicalização da política brasileira entre esquerda e direita”⁸. A contratação de militares reformados para o quadro de funcionários da instituição logo acabaria com essa neutralidade. Esses militares estavam encarregados de disseminar o perigo comunista que existia dentro do governo, através da distribuição de material denunciante de tal acontecimento entre diversos oficiais com postos de comando em todo o território nacional. O IPES em pouco tempo viria a se ligar à Escola Superior de Guerra, incorporando para a sua luta renomados generais reformados e na ativa. Seu poder financeiro permitiu influenciar importantes veículos de divulgação na imprensa, principalmente por meio das contas de publicidade, de grandes empresas multinacionais, as quais contribuíam também diretamente com o IPES. Entre estas, destacam-se, a americana Brazilian Traction Light & Power, e as alemãs Mannesmann e Mercedes Benz.

O IBAD, por sua vez, funcionava diretamente sob a gestão da CIA, através da figura do seu agente Ivan Hasslocher. Fundada em 1959, suas atividades somente se intensificariam com a ascensão de Goulart a presidência. Em 1962 com a criação da Ação Democrática Popular (ADEP), o IBAD viria a intervir diretamente na campanha eleitoral, financiando a candidatura daqueles que estivessem, comprometidos com a defesa do capital estrangeiro, contra as propostas de reformas, principalmente a agrária, e contrários a política externa do governo.

Como revela Bandeira (1983, p.70):

Com esse primoroso trabalho de corrupção, inédito na história do País, a CIA não somente aliciou empresários, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores de Estado, jornalistas, donas-de-casa, estudantes, dirigentes sindicais, padres e camponeses, enfim, a choldra de todas as classes e categorias da sociedade civil brasileira.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada na Câmara, na época, e embora lutasse contra uma maioria de deputados subvencionados pela estrutura de corrupção armada pela CIA, em sua composição, obteve o êxito de demonstrar a participação direta daquela no envio de recursos de Bancos estrangeiros, diretamente para o IBAD, inibindo posteriormente a continuação deste mecanismo de forma tão descarada. Segundo Bandeira (1983, p.72):

Uma fabulosa remessa de dinheiro para o IBAD, por meio do City Bank, foi que levou Goulart a concluir que a CIA realmente estava por trás de tudo, manejando os cordéis. E o Governo, ao que parece, só não agiu firmemente para não agravar suas relações com os Estados Unidos, a partir do que a CPI viesse a desvendar.

⁸ Declaração do banqueiro João Batista Leopoldo Figueiredo, Presidente do IPES, In *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8-2-1962.

Apesar de todo esse movimento oculto visando dar suporte aos candidatos reacionários, da UDN e PSD principalmente, os candidatos alinhados as políticas das reformas e com viés nacionalista foram os grandes vencedores das eleições de outubro de 1962. Miguel Arraes se elegeu governador em Pernambuco, Brizolla se elegeu deputado federal com grande numero de votos, e a Aliança Trabalhista-Socialista (PTB-PSB) ficou em primeiro lugar em numero de votos no Estado da Guanabara. O PTB dobrou a sua presença no Congresso, fortalecendo a Frente Parlamentar Nacionalista e a luta pelas reformas, além de prover mais força para a campanha em favor do presidencialismo.

As démarches políticas brasileiras não acompanhavam os objetivos americanos para o Brasil, e o conflito entre os dois governos naquele momento se intensificaria com a questão do bloqueio naval americano a Cuba. O Presidente John Kennedy em carta a Goulart, requisitava o apoio brasileiro no bloqueio, e na provável invasão militar, que segundo este era eminente. O Brasil por mais que cedesse em alguns pontos ao anticomunismo da OEA, continuava a se opor à invasão de Cuba. O Presidente Goulart fez questão de prontamente responder que não compactuaria com o atentado aos princípios de não intervenção e de autodeterminação, sendo o seu governo, contrário e hostil à iniciativa, se os Estados Unidos resolvessem consumá-la. Goulart providenciou e credenciou o Brasil junto à embaixada americana, a atuar como mediador entre Cuba e Estados Unidos. O governo brasileiro a pedido do Embaixador Lincoln Gordon, enviou então a Havana o General Albino Silva, Chefe da Casa Militar da Presidência da Republica, para comunicar ao Primeiro-Ministro Fidel Castro que o Brasil, embora contrário a invasão de Cuba, compartilhava os receios americanos, em vista da instalação de mísseis balísticos pelos soviéticos em seu território. Por fim a posição do Brasil mostrou-se difusa, uma vez que condenando uma invasão militar e ao mesmo tempo estando de acordo com a inspeção de navios com destino a Cuba não permitia absorver as reais intenções do governo brasileiro.

Essa crise internacional, com o perigo do conflito nuclear como pano de fundo, felizmente evoluiu para um acordo entre os Estados Unidos e União Soviética, onde o primeiro aceitou não intervir em Cuba, em troca do desmantelamento das bases que se encontravam instaladas na ilha. No Brasil o resultado foi mais uma vez a extremização dos pólos de esquerda e direita, e o aumento da rachadura nas relações entre Brasil e Estados Unidos, no qual as autoridades acirravam cada vez mais a sua antipatia vis a vis o governante brasileiro.

Além das pressões internas que já sofria o seu governo, mas ciente das conquistas recentes da sua base política em fins de 1962, Goulart necessitaria destacar especial atenção à relação do seu governo com os Estados Unidos, como visto cada vez mais cindida, por mais que o objetivo único de Goulart naquele momento fosse a vitória do presidencialismo no plebiscito. Os Estados Unidos logo após o impasse da questão do bloqueio naval a Cuba, iniciaram então uma campanha de desmoralização do Presidente João Goulart e de seu governo para o mundo. O *The New York Times* noticiou que a situação financeira do Brasil era grave e inquietava o Presidente Kennedy, o qual receava a imposição de medidas totalitárias pela esquerda aos problemas do país.⁹ O próprio Kennedy divulgaria dias depois, em entrevista, sua inquietude com a situação do Brasil, considerada por ele uma das *mais penosas*, com uma inflação de 5% ao mês, *anulando a ajuda americana e aumentando a instabilidade política*.¹⁰ Como se observa na íntegra desta notícia veiculada no Jornal *O Estado* (Florianópolis, 18-12-1962):

O Desenvolvimento da América Latina no quadro da Aliança Para o Progresso, constitui a tarefa mais difícil que os Estados Unidos empreenderam até agora, declarou o Presidente Kennedy ao responder perguntas dos membros do Economia-Clube de Nova Iorque. O fato de que a América Latina se defronte com problemas cruciantes não deve desanimar os Estados Unidos, apesar que a situação neste caso, seja muito mais difícil que a existente na Europa, na época do Plano Marshall. Ressaltou o progresso realizado por certos países da referida zona, entre outros, Colômbia, Venezuela e Chile. Destacou os problemas cruciantes com que se defronta o Brasil, o que preocupa consideravelmente os Estados Unidos. Continuando afirmou que no nordeste brasileiro a renda média é de 100 dólares anuais.

A intenção clara desta ofensiva era desacreditar a economia brasileira perante os principais órgãos financiadores mundiais, uma vez que estas declarações partiam do chefe de Estado da maior economia mundial.

Eram muitos os problemas mal resolvidos entre o Brasil e os Estados Unidos nessa época. O Presidente Kennedy encontrava-se impaciente com o não pagamento até então das indenizações devidas à estatização de empresas americanas, principalmente a AMFORP (American & Foreign Power) e de uma subsidiária da ITT, já acordadas oito meses antes com o Presidente João Goulart, pelo fato que devido à aprovação da lei que limitava o envio de lucros para o exterior, o valor da indenização isentaria os re-investimentos realizados por estas empresas em cruzeiros. Visando resolver esta situação Kennedy se encarregou de enviar seu irmão, Robert Kennedy, Secretário da Justiça dos Estados Unidos, sem convite do Brasil, a entrevistar-se com Goulart e exigir o pagamento e resolução desta questão. Desagradava

⁹ Despacho de E. W. Kenworthy, In *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13-12-1962, p. 22.

¹⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14-12-1962.

também aos Estados Unidos a crescente corrente comercial engendrada pelo Brasil com os países do leste europeu e principalmente a União Soviética, esta última convocada pelo Brasil para elaboração do projeto e financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Cientes os norte-americanos da necessidade de aportes financeiros que a economia brasileira necessitava, estavam eles dispostos a não conceder nem um dólar sem prévia adoção de medidas rígidas e de políticas que fossem de encontro com os interesses norte-americanos. Robert Kennedy em sua reunião com o Presidente João Goulart, abordou esses temas e deixou claras as dificuldades econômicas que o Brasil encontraria com os Estados Unidos se não reprimisse o movimento operário.¹¹ A conversa que durou três horas¹² foi *um pouco dura*, conforme Goulart.¹³ Segundo cita Bandeira (1983, p.86):

Ele (João Goulart) repeliu a investida de Robert Kennedy, a propósito da alegada penetração comunista no Governo e redarguiu-lhe que o problema sindical era de foro interno, não comportando interferência de nações estrangeiras. Sobre as compras no Bloco Socialista, ponderou que o Brasil daria preferência aos Estados Unidos, se eles lhe oferecessem as mesmas condições vantajosas de comércio, sem dispêndio de divisas.

Goulart estava naquele momento mais preocupado com a legitimação da sua posição como Presidente da República, resultado esse que só seria conhecido após o plebiscito do dia 6 de janeiro de 1963, o qual questionava a continuidade ou não do Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo. A vitória esmagadora do presidencialismo com aproximadamente 9 milhões de votos, de um total de 10 milhões consagrou Goulart, o qual considerou aquela como a verdadeira eleição dele para Presidente da República¹⁴. Ele entretanto não quis assumir esse triunfo, impondo sua vontade na formação de um gabinete de ministros voltados para a aprovação das reformas. Buscava ele, apaziguar os ânimos da sociedade brasileira, e dividindo o governo com o PSD, a formação de uma coalizão que o possibilitasse a dar início as reformas, à sua maneira, pacificamente.

A formação de um governo de coalizão foi o critério por ele utilizado na escalação dos nomes que formariam o seu primeiro Ministério Presidencialista. Conforme confirma notícia veiculada no jornal *O Estado* (Florianópolis, 22-01-1963):

JANGO anunciará ministério presidencialista na quinta-feira
BRASÍLIA – “O Estado” – O Presidente João Goulart divulgará na próxima quinta-feira os nomes dos componentes do novo Ministério que governara dentro do sistema presidencialista.
O MINISTÉRIO

¹¹ Entrevista de Goulart à Moniz Bandeira, cit.

¹² Durou das 15:30 às 18:30 do dia 17 de dezembro de 1962.

¹³ Entrevista de Goulart à Moniz Bandeira, cit.

¹⁴ Id.

Segundo o sr. Almino Afonso, o novo Ministério terá caráter de composição política. Os futuros ministros sairão principalmente das áreas do PSD e do PTB embora não esteja fora de cogitações a participação do PSP no Ministério. O líder petebista informou outrossim que as pastas da Guerra, Exterior, Fazenda, Minas e Energia e Trabalho serão atribuídas a elementos nacionalistas, porque e através dessas pastas que o presidente da República pretende estabelecer as diretrizes de identificação de seu governo com a consciência nacionalista, expressa sobretudo nas camadas humildes da população.

O novo ministério, empossado em 24 de janeiro de 1963, ficou assim designado: Relações Exteriores - Hermes Lima; Fazenda - San Thiago Dantas; Justiça - João Mangabeira; Guerra - Amauri Kruel; Marinha - Araújo Susano; Aeronáutica - Reinaldo de Carvalho; Indústria e Comércio - Antonio Balbino; Trabalho - Almino Afonso; Educação - Teotônio Monteiro de Barros; Saúde - Paulo Pinheiro Chagas; Minas e Energias - Eliezer Batista; Agricultura - José Ermírio de Moraes; Viação - Helio de Almeida; Casa Civil - Evandro Lins e Silva; Casa Militar - Albino Silva.

A principal cartada para o seu governo já estava traçada, e o esforço de coalizão vinha ao encontro da necessidade de sucesso desta sua empreitada. Antes mesmo do plebiscito, na certeza da vitória do presidencialismo, e na busca de uma aproximação com os Estados Unidos, apesar das adversidades, Goulart buscou munir-se de um Plano de Governo, para anunciar ao povo brasileiro assim que ele assumisse novamente os poderes que lhe haviam usurpado anos antes. Para tanto nomeou Celso Furtado, então superintendente da SUDENE para o Ministério Extraordinário do Planejamento, e incumbiu o mesmo com a tarefa de desenvolver um plano para o resto do seu mandato como presidente. Como descreve Skidmore (1979, p. 272):

Acusado de negligenciar os problemas econômicos e sociais básicos, Jango encarregou Celso Furtado, o notável economista e criador da SUDENE, de preparar um plano para o desenvolvimento econômico nacional. Celso Furtado tinha um grande encargo: receitar uma fórmula que garantisse rápido crescimento econômico, juntamente com uma razoável estabilidade de preços.

Nas palavras de Furtado (1989, p.237):

Pouco mais de um mês após o manifesto, ou seja, a fins de setembro de 1962, o presidente chamou-me a Brasília e me disse à queima roupa: 'Quero que você assuma o Ministério Extraordinário do Planejamento. Vamos ter que nos preparar para o plebiscito, que devolvera os poderes ao presidente, e quero me apresentar aos eleitores com um plano de governo nas mãos'. (...) San Tiago Dantas, conforme soube depois, chamara a atenção de Goulart para o fato de que ele não escaparia de ser interpelado sobre o que faria no próximo governo, na hipótese de restauração do presidencialismo. Seria de toda conveniência que apresentasse ao país um bem estruturado plano de governo, explicitando suas intenções. Goulart, a quem a idéia pareceu interessante, retrucou: 'Como fazer isso em tão curto espaço de tempo?'. San Tiago, com sua voz neutra de professor, obtemperou: 'A pessoa capaz de fazer isso é o Celso. Mas seria necessário colocar à sua disposição meios adequados. A melhor solução será criar um Ministério Extraordinário do Planejamento. Como membro do conselho de ministros, ele poderia se dirigir aos colegas com o máximo

de autoridade'. (...) Tinha diante de mim três meses para realizar uma tarefa que requeria tomar contato com grande número de instituições públicas e privadas, representantes da sociedade civil, personalidades influentes na vida nacional. Havia todo um trabalho técnico a realizar, que exigia a constituição de equipes especializadas. E havia que defender-se das pressões dos grupos de interesses e da bisbilhotice implacável da imprensa.

E afirma Bielschowsky (1988, p.483): “Na segunda metade de 1962, Goulart aceitou a recomendação de San Thiago Dantas e encomendou à Celso Furtado um Plano Trienal para o período 1963/65, numa tentativa de recuperação da dimensão planificadora do governo Kubitschek”.

Quando tomou posse como ministro Furtado (1989, p.238) citou:

Conheço o grave que é a situação presente do país, afetado por sérios desequilíbrios econômicos internos e externos. Como conservar o dinamismo, e ao mesmo tempo intensificar o crescimento, devolvendo à economia uma adequada estabilidade? É este o nosso problema central. Creio que a única solução se encontra no planejamento.

Furtado quis deixar claro que o plano deveria abrir caminho a reformas estruturais, ao mesmo tempo, comportando ajustamentos de curto prazo. Na verdade pelo que se observa na análise do texto que compõe a síntese do Plano Trienal, a eminência dos ajustes de curto prazo são primordiais para o plano, uma vez que se observa que estes ocupam mais de 95% do corpo do texto contido no Plano. Sobre seu processo de trabalho na elaboração do Plano, Furtado (1989, p.239) revela:

Meu trabalho desdobrou-se em duas esferas. Por um lado, comecei a tomar notas sobre pontos relevantes, tratando de visualizar o que seria um plano de governo com a abrangência dos três anos de mandato que restavam ao presidente, tida em conta a conjuntura extremamente adversa que atravessávamos. Por outro lado, apelei para os colegas do gabinete ministerial para que destacassem alguns especialistas que nos fornecessem informação específica e explicitassem os objetivos a serem colimados na área de cada ministério no período concernido. (...) O fato de que houvesse entre os ministros homens de grande competência, e mesmo entusiastas do planejamento facilitou consideravelmente a minha tarefa. (...) Contudo, o estado-maior que comigo trabalhou mais diretamente, recrutei-o nas experimentadas equipes do BNDE e da SUMOC. (...) Mantinha-me em contato direto com todas as equipes e multiplicava as entrevistas externas: debates com associações de classes, diálogos com grupos políticos, recepção de um sem número de pessoas que, com ou sem razão, se consideravam no direito de opinar sobre o que devia ou não ser tal plano de governo em preparação. (...) O esforço que exigi de mim mesmo foi de tal ordem que, em dado momento, tive de ser retirado de circulação e confinado, por determinação médica, tudo isso no mais absoluto segredo.

Em dezembro de 1962, após dez semanas de trabalho intenso, já havia um primeiro esboço do que se convencionou chamar de Plano Trienal, a circular entre os ministros. Furtado havia obtido a aprovação tanto do Primeiro-Ministro como do Presidente para o prosseguimento com os trabalhos. Os objetivos básicos foram objetos de aprovação geral

quando expostos em reunião do Conselho de Ministros. Segundo Furtado (1989, p.243), eram eles:

1. assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida que motivam, na época presente, o povo brasileiro. Essa taxa foi estimada em 7% anual, correspondente a 3,9% de crescimento *per capita*;
2. reduzir progressivamente a pressão inflacionária para que o sistema econômico recupere uma adequada estabilidade de nível de preços, cujo incremento não deverá ser superior, em 1963, à metade do observado no ano corrente (1962). Em 1965, esse incremento deverá aproximar-se de 10%;
3. criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deverão crescer com uma taxa pelo menos idêntica à do aumento de produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação do custo de vida;
4. intensificar substancialmente a ação do governo no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica, e da saúde pública, a fim de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento e de permitir acesso de uma parte crescente da população aos frutos do progresso cultural;
5. orientar adequadamente o levantamento dos recursos naturais e a localização da atividade econômica, visando desenvolver as distintas áreas do país e reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem com isso aumentar o custo social do desenvolvimento;
6. eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional responsáveis pelo desgaste dos fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas em determinados setores produtivos. Entre esses obstáculos de ordem institucional, destaca-se a atual estrutura agrária brasileira, cuja transformação deveria ser promovida com eficiência e rapidez;
7. encaminhar soluções visando refinar adequadamente a dívida externa acumulada principalmente no último decênio, a qual, não sendo propriamente grande, pesa desmesuradamente na balança de pagamentos por ser quase toda a curto e médio prazos. Também se tratara de evitar a agravação na posição de endividamento do país no exterior, durante o próximo triênio;
8. assegurar ao governo uma crescente unidade de comando dentro de sua própria esfera de ação, submetendo as distintas agências que o compõem à diretrizes de um plano que vise à consecução simultânea dos objetivos anteriormente indicados.

O Plano era um desafio aos métodos de contenção inflacionária, da ortodoxia monetarista, proposta pelo FMI, buscando a estabilidade da economia sem o fardo da recessão. As duas principais dificuldades a serem enfrentadas para o sucesso na implantação do plano, era o desequilíbrio do setor público o qual exigia uma reforma fiscal de grandes proporções, e a renegociação da dívida externa sem a qual a capacidade de importar seria gravemente prejudicada. Segundo revela Love(1998 apud PEREIRA & REGO, 2001, P.236): “O plano compreendia características tanto estruturalistas quanto monetaristas, correspondendo basicamente, ao longo e ao curto prazo. O rol de medidas monetaristas incluía o equilíbrio orçamentário obtido com impostos mais altos e menores desembolsos”.

O orçamento da União para 1963 previa uma receita de 10,7% do PIB, e estimava uma despesa de 14% do PIB, porém esta cifra subia para 20,7% do PIB quando analisados

também os compromissos do Tesouro. Esse déficit na conta do governo dobraria a pressão inflacionária, exigindo por parte dos formuladores do plano um criterioso plano de redução de despesas, permitindo reduzir o déficit potencial em 60%, além de planejar o financiamento dos 4% do PIB restantes. Buscou respeitar nesse corte de despesas planejado, os planos de investimento públicos, com a concentração dos cortes nos subsídios diretos e indiretos, com destaque ao trigo e aos combustíveis derivados de petróleo. Para Furtado (1989, p.247):

Sempre me parecera que se os consumidores de farinha de mandioca e de arroz, que são os mais pobres, não se beneficiam dos subsídios, carece de fundamento moral ou de razão econômica que as populações de rendas mais altas, consumidoras de trigo, mereçam esse favor dos cofres públicos.

Outro problema se relacionava a insuficiência de capacidade de importar, aonde nos anos recentes o país vinha se endividando no curto prazo para fazer frente as suas necessidades. Devido a esse perfil da dívida, foi traçado pelo plano uma projeção da balança de pagamentos para o triênio 1963-1965 limitando a entrada de capitais ao necessário para atender aos encargos financeiros do país, impedindo o aumento do endividamento externo.

O plano foi montado sob a constatação de que mantendo os gastos públicos em 14% do PIB, com 4% do PIB de déficit do setor público sendo financiando, e mantendo o nível atual das importações, restaria encaminhar uma política de crédito com crescimento similar ao incremento programado para o PIB. A expansão dos meios de pagamento dava espaço para uma previsão de inflação em torno de 25% ao ano, metade do registrado no ano de 1962. Buscava-se então a elevação da eficiência dos investimentos, e uma maior disponibilidade da poupança, graças ao alto nível de atividade econômica, contribuindo o conjunto para que o país crescesse a um custo social baixo.

As expectativas em torno do plano eram otimistas, o povo esperando que a volta do regime presidencialista fosse possibilitar ao governo maior poder para fazer passar as reformas que travavam o desenvolvimento do país. Furtado (1989, p.249) explicita o clima:

Nem todas as dificuldades a serem enfrentadas foram explicitadas, mas, para bom entendedor, o essencial estava dito. A tarefa era complexa, mas exaltante. O texto estava marcado por um toque de otimismo, que demonstrou ser contagiante. Sem lugar a dúvida, a confiança que o plano despertou contribuiu amplamente para a esmagadora vitória obtida pelo presidencialismo no plebiscito realizado nos primeiros dias de 1963. A imprensa ocupou-se extensamente da matéria, e mesmo aqueles que negavam todo o crédito a Goulart reconheciam que o país se encaminhava para um novo estilo de administração e governo calcado em critérios racionais.

O Plano Trienal foi anunciado por Goulart, durante o seu discurso de ano novo, sendo cauteloso na apresentação do mesmo, mostrando-o como um conjunto de medidas coerentes, que tinha como escopo a continuidade do desenvolvimento do País, dentro de um

programa antiinflacionário, cuja essência consistia na preparação e no desencadeamento de uma recessão atenuada. Como ressalta Skidmore (1979, p.288):

O Plano reconhecia que o índice de inflação (52 por cento em 1962) havia excedido os níveis toleráveis, tanto do ponto de vista de seu efeito sobre investimento e sobre um maior crescimento, quanto da conseqüente exacerbação de tensões sociais. O diagnóstico, no entanto, salientava o fato de que qualquer linha de medidas antiinflacionárias deveria fazer parte de uma política geral para reatar os altos níveis de desenvolvimento, explicando que 'o declínio na taxa de crescimento seria, do ponto de vista social, bem mais negativo do que o desenvolvimento presente com todas as suas deficiências. O Plano, portanto, propunha um programa simultâneo para combater a inflação e recuperar um alto índice de crescimento.

A situação do Brasil naquele momento era delicada, e os norte-americanos estavam cientes disso. O déficit do Tesouro alcançara a marca de 60% da arrecadação tributária, e as pressões sobre o Banco do Brasil para expansão da carteira de crédito, por parte do setor privado, obrigaram o mesmo a aumentá-la em mais de 80%¹⁵. O balanço de pagamentos acumulara um déficit da ordem de U\$400 milhões¹⁶, com os serviços da dívida externa e a remessa de lucros representando a saída de U\$596 milhões em 1962¹⁷. Para manutenção dos níveis de importação, o Brasil necessitava novos aportes, onerando ainda mais dívida externa do país, prejudicando ainda mais a dependência e submissão frente aos banqueiros de Wall Street.

A posição do Governo Goulart era extremamente delicada. Seus ministros da fazenda tinham que renegociar a dívida externa a cada três meses¹⁸, pressionados pelos órgãos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, este último havendo suspenso qualquer financiamento ao Brasil, e pelas autoridades de Washington.

San Thiago Dantas, nomeado então Ministro da Fazenda, no novo ministério presidencialista, se transformaria no homem forte por trás do plano, este contando com a assessoria direta, do Ministro do Planejamento Celso Furtado. Como revela Furtado (1989, p.250):

Permaneci como ministro do Planejamento no regime presidencial restaurado, mas consciente de que minhas funções se limitariam a assessorar o presidente e, em certas matérias, o ministro da Fazenda. Sendo este San Thiago Dantas, a tarefa seria pra mim sobremodo gratificante.

San Thiago Dantas tomou uma série de medidas para a estabilização da moeda, antes de viajar aos Estados Unidos, com o objetivo de negociar novos empréstimos e reescalonar a

¹⁵ Goulart, João – Mensagem ao Congresso Nacional – 1963, Brasília p.5.

¹⁶ Id., ib., p.8.

¹⁷ *Relatório do Banco do Brasil S.A.* – 1963, Brasília, Quadros Estatísticos, p.234. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1963, p.58.

¹⁸ Entrevista de Celso Furtado à Moniz Bandeira.

dívida brasileira. Entre estas medidas estava, a aprovação da lei que criava o Cruzeiro Forte e a abolição dos subsídios a importação de trigo e petróleo, essenciais para a unificação da taxa de câmbio, e de acordo com o manual do FMI. Como dispõe Furtado (1989, p.251) formulador do plano: “Na elaboração do Plano Trienal, eu tivera cuidado de embutir um conjunto de providências estabilizadoras que estavam longe de ferir a sensibilidade ortodoxa dos técnicos do FMI”. Essa adequação as políticas monetaristas não foram suficientes para Dantas encontrar respaldo, nas suas negociações com o governo americano e com os credores da dívida brasileira. A adversidade foi tamanha que em determinado momento, ele chegou a examinar com Roberto Campos, Embaixador do Brasil em Washington, a conveniência de interrompê-las, como ocorrido em 1959 no governo de Kubitschek.

Não houve nenhum um tipo de concessão por parte das autoridades americanas, pelo contrário estas só fizeram exigências, trazendo à tona a solução do caso da AMFORP e da subsidiária da ITT, a necessidade de medidas de estabilização ainda mais severas, impondo a fiscalização do FMI. Dantas estava consciente de que na ausência de apoio externo o governo seria forçado a adotar medidas drásticas, de caráter recessivo, simplesmente para garantir o funcionamento da economia, medidas impopulares que dificilmente o presidente apoiaria, porém não sendo aplicada essa terapêutica, o país deslizaria para o desgoverno, botando em risco as instituições democráticas. Durante a sua estada em Washington deixou-se vaziar trechos de um depoimento do embaixador americano Lincoln Gordon, onde este afirmava a existência de elementos comunistas infiltrados no governo brasileiro. Pura jogada americana para pressionar o governo brasileiro a impor uma definição de classe mediante repressão política às organizações populares. Como demonstra a notícia veiculada no jornal *O Estado* (Florianópolis, 19-03-1963):

Teriam sido suspensas as negociações junto ao F.M.I.

BRASILIA, 18 (OE) – Informou-se que o presidente João Goulart determinou ao Ministro da Fazenda sr. Santiago Dantas, que suspenda imediatamente as negociações que vem mantendo com autoridades do fundo monetário em Washington. A determinação teria sido motivada pelas declarações do embaixador Lincoln Gordon. Consideradas extremamente desastrosas ao Brasil e seu Govêrno. Aguarda-se para as próximas horas uma nota do chanceler Hermes Lima sobre a verdadeira posição do govêrno brasileiro, diante das declarações do embaixador americano.

Brasil Desmente

WASHINGTON, 18 (OE) – A embaixada brasileira desmentiu oficialmente a notícia procedente do Brasil, de que recebera ordens para suspender as negociações financeiras, levadas a cabo pelo ministro da fazenda Santiago Dantas.

Para piorar a situação de Dantas na negociação de um novo empréstimo ao país, e na renegociação da dívida existente, supostos aliados do governo deram entrada no Congresso, a

um projeto de reforma bancária que estava longe de satisfazer os desejos dos bancos multinacionais. Como demonstra Furtado (1989, p.259):

David Rockefeller, na época chefe do Chase e possivelmente o homem que em Wall Street dava as cartas quando se tratava de opinar sobre o que fazer com o Brasil, chamou San Thiago Dantas ao telefone e lhe passou o que bem se pode chamar de espinhação: 'ou vocês retiram de imediato esse projeto de lei ou eu mando cortar todas as linhas de crédito de que hoje se beneficia o Brasil'. Ele sabia, mais do que ninguém, que o Brasil estava no limite do sufoco no que respeita ao financiamento de curto prazo em suas transações comerciais com o exterior. (...) Por certo, não lhe escapava que, se fracassasse nessa tentativa, as incertezas cresceriam com respeito ao processo político brasileiro.

Dantas cedeu o quanto pode diante da necessidade de um aporte financeiro afim de evitar conseqüências piores. A negociação culminou, quando Dantas sem poder estar a par da opinião do presidente Goulart, autorizou o embaixador Roberto Campos a firmar um *memorandum* em 22 de abril de 1963, pelo qual o governo brasileiro se comprometia a fechar um contrato de compra da AMFORP até 1º. de julho do mesmo ano, ficando no entanto responsável pela operação das mesmas desde 1º. de janeiro. Segundo Furtado (1989, p.253):

O entendimento, assinado a 22 de abril, em Washington, por Roberto Campos, embaixador do Brasil, e pelo sr. William Nydrof, vice-presidente da AMFORP, fixava o preço de venda ao governo em 135 milhões de dólares. Parte devia ser pago em dinheiro, e cerca de 100 milhões seriam pagos em parcelas semestrais com juros de 6% ao ano, tudo a ser reinvestido no Brasil 'em empreendimentos selecionados pela AMFORP e setores que estejam franqueados aos investimentos estrangeiros em geral'.

A assinatura desse *memorandum* foi somente um dos compromissos acordados por San Thiago Dantas, necessário para a liberação do empréstimo previamente acordado de U\$398,5 milhões. Deste montante o governo brasileiro poderia utilizar inicialmente U\$84 milhões, onde deste montante, U\$ 30 milhões estariam destinados ao acordo de compensação da ITT, restando a outra parcela para pagamento da AMFORP. Como bem define Bandeira (1983, p.94): "Em outras palavras, dois trustes norte-americanos receberiam o dinheiro, sob a forma dissimulada de doações da Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID), e ao Governo brasileiro caberia a obrigação de pagá-lo com as receitas do comércio exterior".

A situação apontava para a escolha de qual segmento da sociedade o governo faria o corte. O governo Brasileiro tentava a qualquer custo evitar a adoção do modelo completo do FMI, que descarregaria o peso da crise econômica ou sobre os trabalhadores, via contenção de salários, ou sobre a classe média, via alta do custo de vida. Qualquer uma das duas opções requeria um Governo sólido e forte, o qual no momento estava longe de se configurar. Sobre o desgaste do governo, e principalmente de San Thiago Dantas nas negociações, Furtado (1989, p.253) ressalta:

Ora, o preço global foi considerado por muitos especialistas como excessivo, sendo grande o desgaste político sofrido por San Tiago Dantas. Que enfrentava incompreensão no exterior e, dentro do país, era acusado de conluio com interesses externos. Durante toda a primeira metade de 1963, bateu-se ele para introduzir alguma racionalidade na ação do governo. O que veio depois foi consequência inexorável do insucesso de San Tiago durante os meses iniciais do ano. Conforme eu havia previsto no plano, na ausência de apoios externos para enfrentar os problemas da balança de pagamentos, haveria que escolher entre recessão e desequilíbrio, o que levaria o país à ingovernabilidade. O contexto político inviabilizando a via recessiva, o descontrole financeiro apresentava-se como uma quase inevitabilidade.

San Thiago Dantas de retorno ao Brasil, tentou impor os ajustes que restavam para uma saída democrática da crise. Aumentou as medidas de estabilização monetária, reduzindo o câmbio oficial em 30%, levando o dólar de Cr\$460,00 para Cr\$600,00, valor similar a taxa de câmbio praticada ilegalmente à época. Os preços continuavam a subir mais rápido do as metas preconizadas pelo Plano Trienal, aumentando somente em março, 9%, causando assim um aumento acumulado de 16% para os primeiros três meses do ano, quase nos 25% da meta do plano. Esta alta dos preços enfraquecia o governo bem no momento do ataque a política salarial. Como revela Skidmore (1979, p.295):

A política salarial era um sério teste para o programa antiinflacionário de San Thiago e Celso Furtado. O problema consistia num esperado aumento de vencimentos para os funcionários civis e militares, uma vez que o salário mínimo de outros setores já fora aumentado pelo Ministro do Trabalho, em novembro de 1962. (...) Durante as negociações de março, em Washington, San Thiago havia virtualmente prometido que o Governo recomendaria um aumento de salário de não mais de 40 por cento. Mas os funcionários civis e militares estavam indignados com essa cifra. Queriam pelo menos 60 por cento e pressionavam para obter 70 por cento. Em meados de abril, o Governo apresentou ao Congresso um projeto de lei pedindo um aumento de 40 a 56 por cento para os civis e de 25 a 55 por cento para os militares. (...) Politicamente, o problema era perigoso para Jango e seus ministros, pois estavam lidando com os interesses vitais da mais poderosa corporação do Brasil: os militares.

Goulart naquele momento era incompreendido pela opinião pública, a qual estava preocupada então com a sua pendência à direita, devido a sua procura por agradar os militares, porém em menos de duas semanas Goulart havia feito dois discursos, onde no primeiro ele atacara as *exaltações da extrema esquerda*¹⁹ e no segundo declarara não admitir o *terrorismo ideológico da direita*²⁰. Para por lenha na fogueira o então ministro da Guerra, Amauri Krueel, proclamava a prontidão do exército para *carbonizar* os focos de agitação, estivessem onde estivessem²¹.

Não era do estilo de Goulart partir para a violência, pois ele se preocupava em muito com apoio que obtinha das organizações populares. Exatamente por essa sua preocupação

¹⁹ Discurso no dia 30 de março, cf. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro 31-3-1963.

²⁰ Discurso no dia 04 de abril, em Marília, cf. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro 5-4-1963.

²¹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 5-4-1963.

Goulart não podia ir até as últimas conseqüências, mesmo que gradualmente, como dispunha o Plano Trienal, com a política antiinflacionária. Esse detalhe nos revela Bandeira (1983, p.97):

Embora Celso Furtado, Ministro sem Pasta (Planejamento), e San Tiago Dantas, Ministro da Fazenda, houvessem chegado a um acerto com Almino Afonso, Ministro de Trabalho, para não permitir que a expansão do salário se convertesse em fator de inflação, era difícil controlar o movimento operário, que conquistava certa independência em relação ao Governo, organizando-se a margem da legislação trabalhista, com a formação de pactos sindicais de luta, (...) Evidentemente, nessas condições, o movimento operário se tornava sério embaraço à execução do Plano Trienal e Goulart não concordava nem podia concordar com quaisquer medidas que violassem os direitos trabalhistas, tendo seu Governo, pelo contrário, tratado de estendê-los ao campo, através do incentivo à sindicalização rural, e legalizando o próprio CGT, que já se opunha abertamente à política econômico-financeira de Furtado e San Tiago Dantas. Aliás, Goulart, que considerava a greve como direito legítimo dos trabalhadores, única arma capaz de romper o egoísmo de classe do empresariado, sempre dissera a Furtado que não admitia a compressão dos salários e por isso nunca aceitou, plenamente, o Plano Trienal.

A tentativa de correção do déficit da balança de pagamentos, sem prejudicar a continuidade do desenvolvimento econômico, não penalizando setores da sociedade, e necessitando o financiamento externo, constituiu no empecilho responsável pela liquidação tanto do Plano Trienal, de Furtado e Dantas, mas também do Governo de João Goulart e o regime democrático. As medidas adotadas, de acordo com a ortodoxia monetarista do FMI, foram incapazes de conter a inflação, e foi responsável por acelerar a alta do custo de vida, não permitindo conseqüentemente nem a contenção de salários, nem a dos preços. A crise social se aprofundou e Goulart passou a sofrer pressões tanto da esquerda quanto da direita. Como revela Love (1998 apud PEREIRA & REGO, 2001, P.236):

Embora o Plano Trienal tivesse como um de seus objetivos redistribuir, bem como aumentar a renda e remover os obstáculos ao crescimento (principalmente na agricultura), seus efeitos imediatos foram recessivos. Goulart foi deposto e Furtado, exilado, antes de qualquer reforma estrutural poder ser implementada.

3.1.3 Pensamento Furtadiano no período que antecede o Plano Trienal

A obra “A pré-revolução brasileira” tem sua origem na publicação de um ensaio chamado “Reflexões sobre a pré-revolução brasileira”. Produção teórica de Celso Furtado publicada em 1962, é de fundamental importância a sua interpretação neste tópico, para a descoberta das inquietudes e preocupações que rondavam o pensamento de Furtado, assim como da sua visão da formação de um novo quadro social brasileiro, nesse período que

antecede a nomeação dele para Ministro Extraordinário do Planejamento com o propósito da elaboração do Plano Trienal.

Para Silva (2004, p.213) o pensamento de Celso Furtado no início dos anos 60 estava voltado:

Celso Furtado, em suas obras do início dos anos sessenta, insiste no caráter imperioso das reformas estruturais para a superação dos males do subdesenvolvimento, destacando a reforma agrária de caráter distributivo, a reforma tributária – que deveria inverter a regressividade do sistema fiscal -, além de outras, como a reforma administrativa, a reforma política e a reforma bancária.

A sua percepção do aumento das tensões sociais em vista do surgimento de um novo contexto social, o leva a escrever o ensaio. Furtado (1989, p.211) revela:

A modificação do quadro social havia sido rápida. O ruído em torno das Ligas Camponesas, ampliado a partir de 1959 pela síndrome de Cuba, contribuíra para conscientizar a massa secularmente adormecida. (...) Para a direita era como se o mundo estivesse virando de pernas pro ar. (...) Do lado da direita, o pânico servia para legitimar a preparação do golpe. (...) Do lado da esquerda, prevalecia a idéia de que as massas organizadas estavam ocupando novas posições e conseguindo mudar a relação de forças, o que justificaria radicalizar as confrontações. (...) Com anterioridade, eu percebera o risco desses desvios e procurara intervir no debate com um ensaio, cujo objetivo era contribuir para desarticular a sinistra engrenagem que estava conduzindo a uma alienação crescente nos dois lados da contenda, todos limitando-se a dizer o que queriam ouvir e a só ouvir o que eles mesmos diziam. De forma provocativa, intitulei o ensaio ‘Reflexões sobre a pré-revolução brasileira’.

Furtado vai iniciar esta sua obra, observando a crescente ansiedade existente na juventude universitária daquele momento. Ele descreve o contexto de mudança pelo qual passava o país. Segundo Furtado (1962, p.13): “Generalizou-se a consciência de que o país caminha para transformações de grande alcance; e de que sob nossos pés, como uma torrente profunda, trabalham forças insondáveis”. Afirma a exigência por parte da juventude da definição clara dos objetivos para com o futuro da nação. Parte Furtado então, para a resposta de questões, que segundo ele haviam sido a ele perguntadas por jovens universitários. A primeira dessas questões diz respeito ao desmedido custo social do desenvolvimento que vinha se realizando no Brasil até aquela época. A economia se limitava a expor friamente a realidade. A característica principal desse desenvolvimento pelo qual passava o país era a crescente concentração de renda. Nas palavras de Furtado (1962, p.14):

Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três-quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda.

O desenvolvimento, devido à estrutura agrária havia provocado em muitas partes um aumento da renda da terra premiando a classe dos latifundiários parasitas. Furtado reclama da improvisada estrutura de subsídios que em nome do desenvolvimento premiou os investimentos supérfluos. Ele declara, Furtado (1962, p.15): “Através de simples doações de capital, os subsídios cambiais e creditícios transferiram para umas poucas mãos grandes riquezas sociais”. Ressalta que a ampliação e diversificação das funções do Estado, não têm sido acompanhadas das necessárias reformas de base no próprio Estado, aumentando o coeficiente de desperdício na ação administrativa pública. Em suas palavras, Furtado (1962, p.15): “Os grandes contratos de obras públicas passaram a ser fonte de acumulação rápida de fortunas dentro e fora do Governo”.

Furtado então apresenta o lado positivo do desenvolvimento para o país, o qual internalizou os centros de decisão, o armou para auto-dirigir-se, lhe deu consciência do próprio destino, e abarcou a este a responsabilidade pelos próprios erros cometidos. Para Furtado (1962, p.16): “A consciência de que somos responsáveis pelo muito do errado e do anti-social que aí está, cria um estado de intranqüilidade que somente poder ser superado pela ação”. A justificação segundo ele, da penetração do marxismo na juventude brasileira estaria relacionada à tradução em ação, que permite esta corrente do pensamento, do diagnóstico da realidade social. Corresponderia o marxismo aos anseios da juventude segundo Furtado (1962, p.17): “o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social”. Ele então faz um alerta sobre a necessidade de estabelecimento de objetivos comuns, os quais o povo brasileiro poderia se reunir em torno. Para Furtado (1962, p.19): “Subordinar o futuro de nossa cultura às conveniências de ordem tática de um ou outro dos grandes centros de poder militar moderno, é dar a luta perdida de antemão, pela carência total de objetivos próprios finais”. Furtado (1962, p.19) afirma então:

Em outras palavras: a nossa impotência em face do impasse mundial tem, como reverso, maior margem de liberdade no que respeita à determinação dos próprios objetivos. E, como sói acontecer, essa margem maior de liberdade traz consigo uma consciência mais clara de responsabilidade.

Esses objetivos poderiam ser traduzidos em liberdade e desenvolvimento econômico. O que indigna a nossa juventude é o aspecto anti-humano de nosso desenvolvimento. Nas palavras de Furtado (1962, p.20): “É o fato de que o contraste entre o desperdício e a miséria se torne mais agudo dia a dia”. O desenvolvimento econômico constituiria um meio e um fim em si mesmo. Para Furtado (1962, p.20):

É específico da nova geração esse otimismo com respeito ao desenvolvimento econômico, essa confiança em que a luta pelo domínio do mundo exterior não é senão o caminho da conquista do homem por ele mesmo, o desafio final às suas potencialidades.

Na busca da delimitação dos fins e dos meios, a experiência histórica tem fornecido a aparência de uma opção necessária, para os países subdesenvolvidos, entre liberdade individual e o rápido desenvolvimento material da coletividade. Segundo Furtado (1962, p.21): “Essa falsa alternativa tem sido apresentada por contendores de ambos os lados da controvérsia, isto é, em defesa da liberdade ou do bem-estar das massas”. Furtado adverte que o poder de sedução das ideologias socialistas visando o bem estar das massas, encontra respaldo nas mesmas, pelo fato de que para estas a perda de liberdade não alteraria em nada seu *status quo* e sim a não miséria representaria algo para estes. Segundo Furtado (1962, p.23): “Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isso, facilmente explicamos porque as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo”.

A insistência na alternativa da perda da liberdade para fins de desenvolvimento tem sido deduzida de distintas formas por defensores antagônicos. Tanto a extrema direita quanto a extrema esquerda buscavam justificar a instauração de um regime autoritário para fins de crescimento econômico e social. Para Furtado (1962, p.24):

Aqueles que se dizem defensores da liberdade deduzem-na de que as modificações estruturais na ordem social, necessárias a uma rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, vieram sempre emparelhadas com a supressão das liberdades fundamentais do homem. Aqueles que argumentam do lado oposto, deduzem a mesma alternativa do outro fato histórico de que o único método eficaz para introduzir as modificações sociais necessárias ao rápido desenvolvimento tem sido a revolução tipo marxista-leninista, que por sua natureza exige a implantação de rígida ditadura.

Era um retrato exato da justificação do autoritarismo por ambas as partes, alvo de preocupação, pois se acirravam as divergências entre as massas e a elite.

Furtado ressalta que a implantação de um regime autoritário visando o crescimento de um país, não importa sob qual ideologia, consistiria num regresso, aplicá-lo em uma sociedade que haja alcançado formas mais complexas de convivência social. Para Furtado (1962, p.27): “Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material”.

Furtado procura apresentar então a dualidade existente na estrutura político-social brasileira. Furtado (1962, p.28) revela:

A luz da experiência histórica, não é difícil explicar por que a classe camponesa, no Brasil, é muito mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária, se bem que, do ponto de vista da ortodoxia marxista, esta última deveria ser a vanguarda do movimento revolucionário. É que nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa.

Por tanto, concluía-se, que a sociedade brasileira era rígida no segmento rural. As técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes para esse segmento. Furtado crê que somente duas possibilidades poderiam eclodir uma revolução dos camponeses pelos métodos citados. Uma possibilidade está ligada ao problema agrário e a necessidade da reforma agrária, e a outra estaria ligada a um possível retrocesso na estrutura política com a ascensão de uma ditadura de direita. Ele revela isso buscando ressaltar a necessidade da reforma agrária para apaziguar os ânimos das massas de trabalhadores camponeses.

Furtado volta-se então para a incapacidade dos economistas na captação da natureza dos problemas estruturais que infligem uma nação subdesenvolvida. Segundo Furtado (1962, p.35):

Na medida em que a forma de pensar dos economistas esteve presa pelos conceitos de equilíbrio geral, de automatismos autocorretores, de volta ao equilíbrio, foi mais ou menos evidente sua inaptidão para captar os problemas do desenvolvimento. (...) E, como não estão habituados a formar juízo fora de seus esquemas mentais habituais, tendem a negar a existência do problema ou a imaginar que este resulta de um falso diagnóstico da realidade econômica.

A política de desenvolvimento requerida por um país subdesenvolvido é de natureza qualitativa, exigindo um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa a análise econômica convencional. Para Furtado (1962, p.39): “Necessitamos de um esforço teórico de muito maior amplitude, se pretendemos dar à nossa política econômica uma eficácia comparável a já alcançada pelos países de mais alto grau de desenvolvimento”.

Furtado passa então a justificar a necessidade das reformas de base, apresentando o contexto de distúrbio social e forte agitação dos diferentes setores da sociedade. Segundo Furtado (1962, p.40):

A situação presente de grandes tensões que observamos no Brasil, que criou a consciência da necessidade de reformas básicas inadiáveis, decorre em grande parte, a nosso ver, da aceleração do desenvolvimento industrial nos últimos quinze anos. (...) Houvesse sido mais lenta a evolução industrial, e as estruturas econômicas ter-se-iam progressivamente acomodado. Neste caso, os desajustamentos entre a representação política e a realidade econômica não alcançariam certo ponto crítico, que é a causa das presentes tensões. Seria, entretanto, ingênuo pretender condenar o

desenvolvimento industrial porque foi rápido. Trata-se, em realidade, de identificar as conseqüências da não adaptação dos demais setores a esse rápido crescimento.

Portanto Furtado identifica como os pontos centrais causadores das tensões estruturais que assolavam o país naquele momento, Furtado (1962, p.45):

Se tivéssemos de sintetizar em poucas palavras os pontos essenciais das tensões estruturais de nossa economia no presente, diríamos que estas decorrem da limitada capacidade de resposta do setor agrário aos estímulos econômicos que se manifestam através do mecanismo de preços, e da forma anti-social como se financia o grande esforço realizado através do setor público. Assim, do ponto de vista econômico, as reformas de base somente terão eficácia se efetivamente alcançarem estes dois objetivos mínimos: dotar o país de uma agricultura capaz de responder ao estímulo de uma procura crescente pela absorção técnica e de capitais e não pela elevação dos preços e da remuneração relativa dos grupos parasitários, e dotar o governo de um instrumento fiscal que o capacite a financiar seus investimentos crescentes com recursos recolhidos naqueles setores que efetivamente estão sendo beneficiados pelo desenvolvimento, que é o fruto do trabalho de toda a coletividade.

Furtado (1962, p.68) preocupa-se depois em demonstrar também a questão do desenvolvimento como objetivo central do governo e como reivindicação do povo, ao esclarecer que:

Esse desenvolvimento tem raízes profundas e alcançou uma fase de semi-automatismo: quaisquer que sejam os obstáculos que se lhe anteponham, tudo indica que ele seguirá adiante. Este fato traduz-se na consciência generalizada de que é dever de qualquer governo deste país fazer do desenvolvimento seu magno objetivo.

E deixa claro que naquele momento do país, o desenvolvimento se fazia pré-requisito a estabilidade política de governo, ao ressaltar Furtado (1962, p.70):

Na situação em que se encontra presentemente o Brasil, é dever de qualquer governo realizar uma política de desenvolvimento. Digo que é dever pelo simples fato de que, caso não o faça, entrará em choque com as forças profundas que conformam o nosso processo histórico nesta fase.

Furtado então discorre sobre a objetividade do economista, e postula os princípios que devem reger a formulação de políticas econômicas de governo, claramente defendendo a sua ideologia estruturalista e rechaçando os mecanismos de atuação defendidos na época pelos seus opositores teóricos monetaristas. Segundo Furtado (1962, p.81):

(...) não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos, de julgamento de valor. (...) Para o economista, objetividade consiste exatamente em compreender que o fenômeno econômico não pode ser captado fora de seu contexto e que para situá-los nesse contexto são necessários juízos de valor que pressupõem a aceitação de princípios.

O método monetarista com base em fórmulas quantitativas seria desastroso se implantado em países subdesenvolvidos, com se refere Furtado (1962, p.82):

Ao tentar universalizar essas regras, os economistas do Fundo Monetário Internacional cometem um erro de sérias conseqüências para os países subdesenvolvidos, erro esse tanto mais grave quanto decorre da aplicação de critérios supostamente científicos.

Por fim Furtado passa a tratar da economia brasileira naquela época e suas características principais. De nação patriarcal recém saída de um sistema social escravista, emerge como a promessa de uma futura nação desenvolvida, promessa essa que poderia ou não realizar-se. Elucidar esse momento determinante no processo de formação do país era seu objetivo. Segundo Furtado (1962, p.107), o Brasil colonial tinha o seu centro dinâmico no comércio externo:

O desenvolvimento econômico do Brasil, até fins da terceira década deste século, processou-se, basicamente, por indução de fatores externos. Na medida em que lograva integrar-se em uma linha em expansão do comércio internacional, a economia do Brasil crescia. (...) Esse desenvolvimento extensivo, por indução de forças externas, foi a característica constante da economia brasileira, desde a época colonial até fins do terceiro decênio deste século. (...) O seu centro dinâmico estava fora do país: tanto a prosperidade como a depressão se apresentavam como a decorrência de forças naturais imperscrutáveis e inevitáveis.

Quanto aos fatores da conquista dos centros de decisão, Furtado (1962, p.109) revela:

É no segundo quartel do presente século que ocorre a descontinuidade do módulo histórico de nosso desenvolvimento. Essa descontinuidade marca, no Brasil, o encerramento da economia do tipo colonial. (...) Com efeito, foi o mercado interno, criado por meio século de expansão da economia cafeeira, que permitiu se transfigurasse a depressão subsequente à grande crise de 1929 em uma das etapas de mais fecundas transformações da história econômica do Brasil. A economia do café, assentando em ampla base salarial, dotou o país de um núcleo de mercado interno sobre o qual se apoiaria o desenvolvimento industrial. (...) Já agora a economia estava dotada de um elemento dinâmico próprio; os investimentos industriais apoiados sobre o próprio mercado interno. O crescimento passava, bruscamente, a projetar-se em duas dimensões. Cada novo impulso para a frente significaria maior diversificação estrutural, mais altos níveis de produtividade, maior massa de recursos para novos investimentos, expansão mais rápida do mercado interno, possibilidade de superar-se permanentemente.

Por fim Furtado aborda o problema da limitação da capacidade de importar do país, a qual se traduz em um grande problema para o desenvolvimento econômico, Furtado (1962, p.113) discorre:

O conflito entre o desejo de efetivar a política de desenvolvimento e a limitação da capacidade para importar traduziu-se em crescente pressão inflacionária. O grande problema nacional passou a ser o rateio da exígua disponibilidade de meios de pagamento no exterior.

Na conclusão da obra “A pré-revolução brasileira”, Furtado deixa espalhar sua idéia da necessidade de um plano de governo que venha a resolver os problemas estruturais da nação, consciente do poder de autodeterminação do qual usufrui o país a partir da

internalização dos centros de decisão após o surto desenvolvimentista vivido a partir dos anos 30, e não só conter, como apaziguar as tensões presente naquele momento nas mais diversas camadas da sociedade. Para tanto Furtado (1962, p.116) descreve:

É necessário reconhecer, entretanto, que um movimento dessa envergadura e transcendência só se poderá efetivar se a liderança for assumida pelo próprio Governo Nacional. É como um programa de governo que devemos conceber esse movimento em grande escala, em busca da conquista final do Brasil, a realizar-se nos próximos decênios.

Em sua obra posteriormente publicada, Furtado (1989, p.214) descreve os seus objetivos com a publicação do ensaio: “O objetivo era desmistificar o que a direita chamava de “marxismo” e mostrar às esquerdas que existia uma contradição entre os fins que ela colimava e os meios que tendia a preconizar para alcançá-los”. E discorre sobre a linguagem por ele utilizada para redigir esse ensaio, Furtado (1989, p.214): “(...) a própria linguagem desse ensaio é reveladora do quadro ideológico então predominante”.

Celso Furtado, procura neste texto apontar para a necessidade de uma filosofia que oriente o povo brasileiro para a ação. Fica clara a intenção de Celso Furtado, de buscar um consenso por parte da sociedade, de que o desafio, era conciliar a luta pelo desenvolvimento com a preservação da liberdade. Celso Furtado na verdade, com base na sua teoria estruturalista e suas técnicas de planificação, buscava posteriormente reunir estes dois pressupostos, de manutenção da liberdade e suas instituições democráticas, asseguradoras da mesma, e de desenvolvimento econômico e social, em um plano de governo. Este visaria à possibilidade de resolver através do diálogo político institucional as tensões políticas entre as forças sociais em conflito.

3.2 OBJETIVOS BÁSICOS DO PLANO TRIENAL

Este tópico do trabalho se dedica a entender o texto redigido, referente aos Objetivos Básicos que constam nos Objetivos Gerais do Plano, da Síntese do Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social. Baseado no que destacamos em Silva (2002, p.4):

Primeiramente, há o que o autor designa *meaning 1*, significado que está em questão quando se faz uma pergunta do tipo: ‘O que as palavras, ou específicas palavras ou sentenças significam nesta obra?’ (Skinner, 1988b, p. 70). Este tipo de significado é capturado mediante o estudo da semântica e da sintaxe do texto, com o recurso a nosso conhecimento convencional da linguagem codificado em livros de gramática e dicionários.

A tarefa aqui se trata, de entender o texto e a linguagem utilizada por Celso Furtado, coordenador do Plano Trienal, na redação do mesmo.

O trecho é descrito abaixo na íntegra:

I – Objetivos Básicos

A política de desenvolvimento planejada para o próximo triênio visa os seguintes objetivos básicos:

1. assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida que motivam, na época presente, o povo brasileiro. Essa taxa foi estimada em 7% anual, correspondente a 3,9% de crescimento *per capita*;

2. reduzir progressivamente a pressão inflacionária para que o sistema econômico recupere uma adequada estabilidade de nível de preços, cujo incremento não devesse ser superior, em 1963, à metade do observado no ano corrente (1962). Em 1965, esse incremento devesse aproximar-se de 10%;

3. criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deverão crescer com uma taxa pelo menos idêntica à do aumento de produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação do custo de vida;

4. intensificar substancialmente a ação do governo no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica, e da saúde pública, a fim de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento e de permitir acesso de uma parte crescente da população aos frutos do progresso cultural;

5. orientar adequadamente o levantamento dos recursos naturais e a localização da atividade econômica, visando desenvolver as distintas áreas do país e reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem com isso aumentar o custo social do desenvolvimento;

6. eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional responsáveis pelo desgaste dos fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas em determinados setores produtivos. Entre esses obstáculos de ordem institucional, destaca-se a atual estrutura agrária brasileira, cuja transformação deverá ser promovida com eficiência e rapidez;

7. encaminhar soluções visando refinar adequadamente a dívida externa acumulada principalmente no último decênio, a qual, não sendo propriamente grande, pesa desmesuradamente na balança de pagamentos por ser quase toda a curto e médio prazos. Também se tratara de evitar a agravação na posição de endividamento do país no exterior, durante o próximo triênio;

8. assegurar ao governo uma crescente unidade de comando dentro de sua própria esfera de ação, submetendo as distintas agências que o compõem à diretrizes de um plano que vise à consecução simultânea dos objetivos anteriormente indicados.

A ação do governo se exercera através de um conjunto de medidas, mutuamente compatíveis, orientadas para dois objetivos:

- a) assegurar que se realize o montante de investimentos requeridos para que seja alcançada a taxa de crescimento prevista, e
- b) orientar esses investimentos para que a estrutura da produção se ajuste, com mínimo desperdício de recursos , à evolução da demanda e, em particular, às necessidades de substituição de importação determinadas pelas limitações da capacidade para importar”.

O texto estabelece os parâmetros da política de desenvolvimento para os três anos seguintes. Destaca-se no primeiro objetivo, a necessidade de se assegurar uma taxa de crescimento da economia que satisfaça a expectativa de melhoria de condição de vida dos brasileiros. Sendo estimada essa taxa em 7% anual, 3,9% em termos de crescimento per capita. No segundo objetivo frisa-se a redução progressiva da pressão inflacionária, buscando a recuperação da estabilidade do nível de preços, tendo como meta a redução pela metade deste índice para o ano de 1963, e a redução do mesmo para 10% para o ano de 1965. O terceiro objetivo, por sua vez, propõe a criação das condições necessárias para a distribuição dos frutos do desenvolvimento pela população brasileira, buscando o crescimento dos salários reais na mesma taxa do aumento da produtividade do conjunto da economia, juntamente com os reajustes do custo de vida. Já o quarto objetivo exposto, busca um maior comprometimento do governo na fomentação de políticas no campo da educação, desenvolvimento tecnológico, e saúde pública buscando além da melhoria dos padrões de vida, uma maior inserção de uma parte até então esquecida da população aos frutos do progresso cultural. O quinto objetivo orienta a busca de um mapeamento das potencialidades econômicas de distintas regiões do país, e principalmente dos recursos naturais de cada uma delas, visando o desenvolvimento destas, proporcionando um desenvolvimento livre de custo social, expresso pelo aumento da concentração geográfica de renda. No sexto objetivo, propõe-se a necessidade de reformas estruturais em importantes setores da economia visando romper com as estruturas arcaicas responsáveis pelo desgaste de fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas, em determinados setores produtivos. O sétimo objetivo visa soluções para o refinanciamento da dívida externa, esta quase toda com vencimentos de curto prazo, que pesa no balanço de

pagamentos do país. E o oitavo objetivo que paira sobre a necessidade de uma ação conjunta por todos os setores do governo, com a unidade do comando dentro do Governo.

Além dos oito objetivos expostos, a seção que trata dos Objetivos Básicos do plano, ainda faz duas ressalvas sobre a orientação de todas as medidas, as quais são mutuamente compatíveis. A primeira diz respeito a necessidade de assegurar a realização dos investimentos requeridos para o alcance da taxa de crescimento pré-estabelecida, e a segunda ressalta a necessidade de se orientar a estrutura de produção visando esta cobrir as necessidades futuras de importações, driblando assim as limitações do país quanto a sua capacidade de importar.

O texto é caracterizado pela adoção de uma linguagem, que denota compromisso para com suas finalidades, um tom definitivo, para com as idéias propostas. Percebe-se que as oito diretivas propostas extravasam unidade entre estas, de modo a destacar uma interdependência na realização e no alcance dos objetivos individuais. O texto demonstra a preocupação para com a estabilidade dos preços, e para com o ajuste do déficit na balança de pagamentos, fatores principais do desequilíbrio ao qual se propõem corrigir esse plano. A descrição da atuação do governo voltando-se para a garantia da realização dos investimentos, e orientação dos mesmos visa garantir a manutenção do crescimento da economia, e o ajustamento do setor produtivo para a possível necessidade de internalização da produção de insumos, até então importados para fazer frente as possíveis limitações da capacidade de importar que o país venha a passar.

Chega-se à idéia, de busca pelo autor da apresentação do conjunto de diretivas básicas do plano, como um objetivo único, que seria buscar a disposição de todos os setores da sociedade para o desafio da contenção dos desequilíbrios que infligiam a nação, não desviando esta do rumo do crescimento econômico, garantindo assim a manutenção do regime democrático e suas instituições zeladoras da liberdade individual.

3.3 DEBATE POLÍTICO: MONETARISMO *VERSUS* ESTRUTURALISMO.

O contexto do início dos anos 60 modifica o objeto de discussão do pensamento econômico da época, como revela Bielschowsky (1988, p.483):

A conjuntura de crise econômica (monetário financeira em 1961/62 e recessão em 1963) e de instabilidade política e o maior grau de politização alcançado pelo país quebraram o poder de atração que o projeto desenvolvimentista original exercera, nos anos 50, sobre o pensamento econômico. Sob a pressão de profundos

desequilíbrios monetários e financeiros e de evidências de que a miséria resistia ao avanço da industrialização e crescia nas cidades, o pensamento econômico brasileiro foi absorvido, de um lado, pelos problemas econômicos conjunturais – tratados porém frequentemente, sob uma perspectiva histórica e estrutural – e, de outro, pelos problemas sociais e institucionais, a partir de uma perspectiva de revisão e reavaliação do processo de desenvolvimento em curso. Deixou assim de nuclear-se pela questão que crescentemente lhe dera unidade nos anos 50, isto é, a questão pura e simples do planejamento e execução das inversões necessárias à implantação do setor industrial, vista então como suficiente para promover o bem-estar social.

Busca-se neste tópico apresentar o embate no campo do pensamento político-econômico, que ocorre nessa época entre as correntes liberal monetarista e estruturalista, através das figuras de seus principais expoentes. Roberto Campos e Eugênio Gudin representando a primeira, e Celso Furtado representando a segunda, cada qual buscando ter influência intelectual sobre a elaboração das políticas econômicas de governo, principalmente acerca do tema das medidas de contenção da inflação, e da manutenção do crescimento.

Como revela Silva (2004, p.210):

A questão da inflação – seu diagnóstico e tratamento – transforma-se no principal foco de disputas entre as correntes de economistas que perseguiram o controle da condução da política econômica oficial. Duas correntes disputavam a hegemonia na conjuntura do início dos anos 60. E nesta disputa produziram um episódio na história do debate econômico brasileiro, que ficou conhecido como a controvérsia monetarismo *versus* estruturalismo.

E como ressalta Bielschowsky (1988, p.471):

Aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infra-estrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando a interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contractionistas, era, em resumo, a questão que norteava o pensamento econômico do período.

Esse debate enriquece a compreensão do contexto do pensamento político econômico existente naquela época. Cabe ressaltar a existência de uma terceira corrente, a marxista-revolucionária, que também divulgava seus princípios e participava do debate em torno das políticas econômicas do governo. O foco do tópico exclui do estudo esta corrente, porque esta, junto com a corrente estruturalista, fazia parte do pensamento crítico latino americano da época, e se encontravam de certo modo unidas, no combate ao pensamento liberal autoritário existente na corrente monetarista. E também pelo fato das duas primeiras terem se consagrado como debate clássico na literatura econômica brasileira. As divergências entre essas duas correntes é grande. Identifica-se neste debate reações ao Plano Trienal, e aos mecanismos estruturalistas nele utilizados.

Uma apresentação dos economistas Roberto Campos e Eugênio Gudin segundo Silva (2004, p.203): “Estes dois autores são líderes e mentores de uma corrente de economistas autodeclarados liberais, que inclui personagens que tiveram importantes funções no comando da política econômica estatal do regime de 1964”. Para ele a importância crescente dos fenômenos econômicos na configuração da agenda estatal justifica o fato de a ideologia do Estado autoritário ter sido atualizada nas obras destes economistas. Segundo Silva (2004, p.206): “Na atualização da ideologia autoritária, representada aqui pelas idéias de Eugênio Gudin e Roberto Campos, a visão da crise brasileira apresenta a mesma característica catastrófica e apocalíptica”. Furtado, forte opositor da defesa da supressão da liberdade em favor do desenvolvimento já alertava sobre a atualização do pensamento autoritário por parte dos liberais monetaristas, segundo Furtado (1962, p.24):

Aqueles que se dizem defensores da liberdade deduzem-na de que as modificações estruturais na ordem social, necessárias a uma rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, vieram sempre emparelhadas com a supressão das liberdades fundamentais do homem.

De fato esse viés autoritário está presente em Campos (1969 apud SILVA, 2004, p.208):

a asserção autoritária da disciplina política e a hipertrofia do Poder Executivo podem bem ser um preço inevitável a pagar em situações de crise institucional, quando a inflação prolongada destruiu a disciplina social, colocando a nação face ao sinistro conúbio de inflação com estagnação.

Furtado (1962, p.21) ainda ressalta: “Este é um problema complexo, pois a experiência dos últimos decênios criou a aparência de uma forçada opção, para os países subdesenvolvidos, entre liberdade individual e rápido desenvolvimento material da coletividade”.

O ponto central do debate político-econômico entre essas duas correntes, no entanto, se encontrava na discussão em torno dos motivos e soluções, para a inflação que assolava o país naquele momento. Segundo Silva (2004, p.212): “Monetaristas e estruturalistas mantiveram uma intensa controvérsia em torno do diagnóstico e da terapêutica do fenômeno inflacionário”. E como esclarece Bielschowsky (1988, p.470):

A intensidade do debate sobre a inflação sofreu um movimento inverso à do debate sobre a reforma cambial. (...) O surto inflacionário iniciado em 1958, a adoção do Programa de Estabilização Monetária e a ameaça que a posição do FMI representava para a política desenvolvimentista reacenderam o debate a partir desse ano. Os neoliberais intensificaram as críticas tradicionais às elevações salariais e aos déficits do setor público, que se relacionavam não apenas com a inflação, mas, igualmente com o excesso de intervenção estatal na economia. Aumento de salários e déficits públicos também seriam os dois pontos identificados como causas da inflação pelos desenvolvimentistas ligados ao empresariado privado, que tomaram, contudo, o

cuidado de se oporem aos pontos do Programa de Estabilização que atingiam o setor privado, ou seja, elevação de impostos e restrição de crédito.

Gudin e Campos apresentavam a inflação e os tropeços no crescimento econômico como resultantes de uma má gestão das políticas econômicas do governo. Conforme consta em Silva (2004, p.210): “Ao operar incorretamente os instrumentos da política econômica, monetários, fiscais e cambiais, o governo criaria tensões inflacionárias que poderiam ser evitadas com uma administração eficaz deste instrumental”. Para Gudin (1959 apud SILVA, 2004, p.211):

Aí esta em que consiste a inflação. Foram distribuídos direitos de haver em quantidade superior às mercadorias e serviços que podem ser havidos, isto é, à produção do país, que não pode exceder a capacidade correspondente a seus fatores de produção, os quais não existem em quantidade ilimitada.

A idéia defendida pelos estruturalistas de que o comportamento das autoridades monetárias seria essencialmente passivo e determinado por pressões inflacionárias básicas, visa demonstrar a importância dos problemas estruturais comuns a uma economia subdesenvolvida como fator gerador de inflação. Sobre a origem do diagnóstico estruturalista da inflação verificamos em Bielschowsky (1988, p.471):

Furtado, em conferência no ISEB, em 1957, apresentaria os pontos básicos da argumentação cepalina em oposição à ortodoxia monetária, sem, contudo, arrumar as peças da interpretação estruturalista à maneira como faziam seus colegas Noyola Vasquez, Sunkel e Aníbal Pinto da Cepal [Furtado (1958, p.67-73)]. A teorização estruturalista sobre a inflação propriamente dita, que sistematiza elementos dispersos nos textos da Cepal sobre o tema, teve seu ponto de partida num artigo de Vasquez escrito em 1956 e foi empregada na análise da inflação chilena no ‘Estudio Económico’ de 1957, da Cepal.

Para Furtado (1962, p.45) o instrumental de combate à inflação deveria: “Devemos eliminar progressivamente a pressão inflacionária sem que isso tenha repercussões negativas sobre as taxas de crescimento”. O problema estrutural por trás da inflação naquele momento para Furtado (1962, p.46) decorreria: “O que houve foi uma inadequação crescente do setor fiscal para financiar os gastos públicos, com a agravação, nos últimos dois anos, decorrentes da eliminação do setor cambial como instrumento de arrecadação de recursos para o Governo”. A solução viria para Furtado (1962, p.46):

Se queremos efetivamente enfrentar o problema da inflação, deveremos fazê-lo mediante uma reforma fiscal-administrativa em profundidade e não tumultuando a ação do setor público através de um ineficaz plano de economias ou sobressaltando a economia privada com incoseqüentes medidas no setor bancário.

De acordo com o pensamento estruturalista, nenhuma medida antiinflacionária surtiria efeito no médio e longo prazo caso esta não tratasse de resolver os desajustamentos estruturais que originavam as pressões inflacionárias básicas. Segundo Silva (2004, p.212) a respeito da terapêutica proposta pelos estruturalistas: “(...) implicaria a utilização de instrumentos muito mais amplos que os instrumentos monetários, fiscais e cambiais disponíveis naquela conjuntura pelos monetaristas”.

Os monetaristas não acreditavam na eficácia, das proclamadas reformas de base pronunciadas pelos estruturalistas no combate a inflação. Para Gudin (1965 apud SILVA, 2004, p.214): “É preciso ser integralmente (não parcialmente) imbecil para acreditar que ‘essas reformas’, quase todas desaconselháveis, alias, possam ter qualquer influência sobre o progresso econômico e social do País”.

Silva por sua vez ressalta o caráter não radical proposto pelos estruturalistas para a realização das reformas. Buscavam estes a realização das mesmas por meios não conflituosos, lançando-se à tarefa de persuasão da sociedade para a aceitação dos seus propósitos. Argumentavam estes que a inflação teria sido um conseqüência inevitável do desenvolvimento econômico, que as políticas antiinflacionárias monetaristas podiam haver causado. Políticas restritivas fiscais, e de crédito não apenas fracassariam na contenção da inflação, como causariam a recessão da economia, reforçando ainda mais as tendências estruturais de inflação. Por fim os estruturalistas não compartilhavam da visão catastrófica da inflação divulgada pelos monetaristas.

Gudin e Campos se esforçavam na defesa da sua ideologia, e se esforçavam para refutar a relevância das teses estruturalistas. Segundo Silva (2004, p.215):

Mais do que um debate técnico, tratava-se de um conflito político-ideológico em torno da definição da política econômica oficial. A presença constante destes economistas na grande imprensa da época indica também a disposição de quem busca influenciar os rumos da política econômica oficial, mesmo quando distantes do governo.

Gudin (1965 apud SILVA, 2004, p.215) critica sériamente e denuncia aqueles que: “Aproveitando o natural desconhecimento do público das questões econômicas (...) andam por aí a propagar a doutrina de que a inflação é o preço que a atual geração esta pagando pela aceleração do progresso do Brasil”. Ele lamentava a tolerância com a inflação existente no Brasil, fruto segundo Gudin (s.d. apud SILVA, 2004, p.216) das idéias “de economistas desinformados que não hesitam em manifestar sua descrença no efeito deletério da inflação sobre o desenvolvimento econômico”. Para Gudin, a inflação consistia no pior inimigo do desenvolvimento.

Furtado (1962, p.69) rebate a metodologia de política econômica defendida pelos monetaristas ao dizer que:

Ainda existem economistas que se irritam pelo fato de que a realidade não se acomoda aos seus esquemas. Porque não queremos, neste país, curar-nos da instabilidade administrando-nos a medicina já comprovada em laboratórios pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional. O irrealismo desses economistas está em que não percebem, ou não querem perceber, que os problemas de política econômica exigem mais do que fórmulas para ser resolvidos.

Por fim, acerca do planejamento econômico, Roberto Campos na defesa dos ideais monetaristas, participa da discussão ao argumentar sobre a distorção do papel do economista, realizada por Celso Furtado, na Elaboração do Plano Trienal, pelo método por este empregado. Este de acordo com o testemunho de Silva (2004, p.237): “(...) Roberto Campos defende a idéia de que ‘ciência econômica é, essencialmente, uma disciplina de meios e não uma doutrina de fins’ (CAMPOS, 1964^a, p.35). Não caberia ao economista realizar as escolhas quanto aos objetivos a serem fixados para a política estatal”. E Gudín (1965 apud SILVA, 2004, p.237) reforça: “Não cabe ao economista opinar sobre a escolha. O que lhe cabe é equacionar o problema”.

Furtado (1962, p.89) por sua vez defende a proposição de fins para políticas econômicas:

Considero que o passo mais importante a dar no aperfeiçoamento de nossa política econômica consiste em disciplinar com muito mais rigor o investimento público. Essa disciplina pressupõe cuidadosa análise das tendências e potencialidades da economia nacional.

Apesar das divergências quanto aos mecanismos de combate à inflação, da defesa da liberdade para fins desenvolvimentistas e do papel do economista na formulação de políticas econômicas, ao mesmo tempo as duas correntes compartilhavam de idéias comuns, como no caso do fortalecimento do mercado de capitais defendido tanto por estruturalistas quanto monetaristas. Como fica claro em Love (1998 apud PEREIRA & REGO, 2001, P.236): “Furtado esperava também desenvolver um mercado de capitais eficiente, objetivo difundido por ambas as escolas”.

A derrocada do Plano Trienal e conseqüentemente das propostas estruturalistas de combate à inflação e de manutenção do crescimento econômico, acaba por levar os monetaristas e suas políticas ao governo, uma vez que o setor militar que deu o golpe em 1964 buscou nestes a construção de uma política de governo com os mesmos objetivos. Assim como o Plano Trienal contou com mecanismos monetaristas dentro de sua política de contenção dos preços, o plano de desenvolvimento elaborado por Roberto Campos,

posteriormente durante o governo militar viria a adotar reformas estruturais defendidas pela corrente estruturalista.

Na análise da discussão teórica entre essas duas correntes, não se busca saber quem tinha ou não tinha razão, porém sim se busca destacar o principal motivo responsável pelo acirramento dessa disputa no campo teórico das políticas econômicas de governo, que é a busca de influência sobre os rumos da política econômica do governo brasileiro.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISES E CONCLUSÕES

O objetivo principal do trabalho foi a análise da expressão do Plano Trienal, em termos, de intenções e preocupações do seu autor para com o seu conteúdo e para com a transmissão dos seus objetivos, diante da realidade brasileira da época.

Para tanto, buscou-se esclarecer a trajetória de vida de Celso Furtado, ao apresentar a experiência vivida por esse grande personagem do pensamento econômico brasileiro. Sua trajetória se mostrou essencial, na medida em que, apresentou as principais influências na formação dele como economista, e a participação dele nos acontecimentos que levaram o mesmo a se transformar num dos pioneiros, e um dos principais expoentes, do pensamento estruturalista, pensamento este desenvolvido em torno da teoria da dependência e das políticas de planejamento, ambos, conceito e mecanismo, frutos dos anos de fervor da produção teórica na CEPAL, da qual participou Furtado ativamente. Esclareceu o porquê da sua ação, no campo teórico e político, insistir na realização das reformas estruturais na economia brasileira, e de sua visão, revelar os males que assolavam a sociedade brasileira. Estrangulamentos da economia este frutos do desenvolvimento, principal causador das inquietudes do povo brasileiro naquele momento.

A apresentação do contexto da época que antecede a elaboração do Plano Trienal, através da revisão histórica, constatou o delicado momento que se apresenta no cenário político brasileiro de então, com o crescente nível de tensão entre as distintas classes da sociedade brasileira, e a instabilidade dos governos que se sucedem no início dos anos 1960, retrato da falta de coesão entre os distintos partidos políticos. Fez-se assim perceber, o ambiente que circundava Celso Furtado nessa época, onde este se encontrava trabalhando ativamente na máquina pública, primeiro no posto de superintendente da SUDENE, organismo por ele criado, estando assim intensamente ligado aos primeiros escalões do poder, posteriormente assumindo informalmente a função de assessor direto do presidente João Goulart, antes de se tornar Ministro Extraordinário do Planejamento em vistas da elaboração por ele do Plano Trienal. Plano este, como verificado, elaborado aos moldes do estruturalismo, fazendo forte uso das ferramentas de planificação, e visando a realização de reformas de base. Observou-se que o Plano Trienal, visava, portanto, conter os desequilíbrios, principalmente os problemas estruturais (gargalos) que o desenvolvimento havia imprimido às nações subdesenvolvidas, principais causadores da inflação e dos déficits nas contas do governo. Tratava-se também, de uma primeira tentativa por parte de um governo brasileiro, de

implantação de um plano de governo, com bases científicas, no sentido de delimitar metas e prazos, e em vista do seu caráter de longo prazo.

A análise da produção teórica de Celso Furtado, sob o contexto apresentado, demonstrou claramente a antecipação deste, das *démarches* silenciosas protagonizadas, pelas distintas classes de interesse representante de distintos setores da sociedade, munidas cada qual de uma ideologia preconizando como fim último, diante de um panorama de instabilidade social, a instauração de um regime autoritário como forma de restabelecimento da *pax* social. Daí o motivo para Furtado ter buscado participar intensamente do debate político da época, visando retroceder esse processo que estava em marcha, e que botava em risco o já fragilizado regime democrático brasileiro.

Já a análise dos objetivos do plano, explicitou o propósito do Plano Trienal em termos econômicos, de crescimento da economia brasileira com estabilização da inflação, e a visão deste objetivo por Celso Furtado como a única opção de se escapar do assalto à liberdade, através da eminente tentativa de golpe por algum setor da sociedade com respaldo na instabilidade econômica. Furtado claramente buscou com esse plano, conseguir apaziguar os ânimos das lideranças políticas, militares e esquerdistas que, responsáveis pelo aumento do tom nas discussões engendradas, por meio de periódicos ataques entre as distintas classes da sociedade brasileira, que vinham acirrando uma disputa por domínio e poder, levando mesmo a caracterização de uma luta de classes no seio da sociedade brasileira.

E por fim a abordagem do debate entre monetarismo e estruturalismo, duas principais correntes do pensamento econômico da época, enalteceu o embate entre os principais expoentes destas, em torno de políticas econômicas de governo, cada qual defendendo seu instrumental e sua interpretação dos problemas que afligiam o país no campo da economia, prevalecendo a tentativa de consentimento da sociedade para com suas análises, e influência na adoção de suas idéias pelo governo.

Uma vez estabelecida as intenções que motivaram a redação do Plano Trienal, da maneira como fora realizada, por seu responsável, Celso Furtado, espera-se que este trabalho possa ter sido motivador, no sentido de demonstrar importância de se estudar a história sobre o pensamento econômico brasileiro. Espera-se que surjam mais trabalhos resgatando a História do Pensamento Econômico brasileiro, buscando estudar demais personagens que compõem a nossa história, e destacar suas buscas como ator histórico do pensamento econômico brasileiro. Como é o caso aqui da luta engendrada por Celso Furtado em defesa do regime democrático, e da melhoria das condições de vida do nosso povo, naquele momento conturbado da história do nosso país, fazendo-se uso da sua influência sobre o campo da

economia, a qual havia se transformado no núcleo do debate em torno do desenvolvimento da nação.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1975.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-64*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1978.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988. 552p.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Ensaio contra maré*. Rio de Janeiro: APEC, **1969**

DUNN, John. *The Identity of the history of ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 206p

FURTADO, Celso. *A Fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 232 p.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. 116p.

GUDIN, Eugenio. *Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos-1958-1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

LOVE, Joseph. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Em: **PEREIRA, L.C.B. & REGO, J.M.** *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001. 302p.

POCOCK, John. *The history of political thought: a methodological enquiry*. In: **LASLETT, P. & RUNCIMAN, W.G.** (eds.) *Philosophy, Politics and Society*, Second Series. Oxford: Blackwell, pp. 183-202, 1962.

RODRIGUES, Newton de Almeida. *Brasil provisório (de Jânio a Sarney)*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 610p

SILVA, Ricardo Virgilino da. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: ARGOS, 2004. 361p.

SILVA, R. (2006). "Pensamento Político e História Intelectual: O contextualismo lingüístico e o debate metodológico contemporâneo". U.C. Berkeley/CFH-UFSC, "Relatório de Estágio pós-doutoral".

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: **TULLY, J.** *Quentin Skinner and his Critics*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1988. pp. 29-67.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – 1963-1965 (SÍNTESE) – Presidência da República, Brasília, dezembro de 1962.